

Capitalismo de risco.

*Landnahme**, crise bifurcada**, pandemia: chance para uma revolução sustentável?***

Recebido: 20.07.20
Aprovado: 17.08.20

Klaus Dörre****

Resumo: A pandemia de coronavírus é uma catástrofe médica que se conecta a uma crise econômica e ecológica bifurcada. Esta constelação constrange as sociedades ricas do Norte Global, mas igualmente países em desenvolvimento, a uma grande transformação, isto é, à revolução sustentável. Esta é a principal tese desta contribuição: a Covid-19, a desigualdade social crescente e os perigos ecológicos em grande escala são entendidos como repulsões de uma cadeia de *Landnahmen* que coloca em xeque os pressupostos do entrelaçamento global. A *Landnahme* é o conceito que demonstra a expansão das sociedades capitalistas. O capitalismo precisa se expandir para se reproduzir. A incorporação de um outro não capitalista consistentemente causa crises de reprodução social. A atual crise do Corona não pode ser compreendida sem o *crash* financeiro de 2007-2009, sem o interregno político dos anos pós-crise e a tendência a democracias bonapartistas. Espontaneamente, nem a pandemia de Coronavírus, nem a desigualdade, tampouco a destruição ambiental conduzem a um “*Build Back Better*” (reconstruir melhor). O Estado de exceção não se encontra nestas condições. Em contraste, lutas por distribuição e a erosão da solidariedade são perigos adicionais para a transição à sustentabilidade. Se a revolução sustentável atrasada permanecer bloqueada, o capitalismo se tornará um risco incalculável. Esta contribuição demanda uma sociologia pública que se oriente pelas Metas de Desenvolvimento Sustentável (MDS) e cria um enquadramento que permite questionar a pressão por crescimento, o constrangimento em direção à expansão do mercado e a acumulação expansiva de propriedade.

Palavras-chave: *Landnahme*. Pandemia. Bonapartismo. Sociologia pública. Sustentabilidade.

*Venture capitalism. Landnahme, bifurcated crisis, pandemic:
chance for a sustainable revolution?*

Abstract: The Coronavirus pandemic is a medical catastrophe, which links itself to an economic and ecological pincer crisis. This constellation constrains the rich societies of the global North, but also the large developing countries, to a great transformation, that is, to a sustainable revolution. This is the main argument of this contribution: Covid-19, the increasing inequality and large scaled ecological dangers are understood as repulsions of a chain of Landnahmen, which undermine the pré conditions of global linkage. Landnahme is a concept that demonstrates the expansion of capitalist societies. Capitalism must expand in order to reproduce itself. The incorporation of a non capitalistic other consistently causes crises of social reproduction. Without the financial crash of 2007-09, the political interregnum of the post crisis years and the tendency towards bonapartist democracies the present Corona crisis cannot be understood. Spontaneously, neither the Corona pandemic nor inequality nor the environmental destruction conducs to a “Build Back Better”. The national State of emergency is at this position. Instead hard struggles for distribution and the erosion of solidarity additionally jeopardizes the transition to sustainability. If

* Klaus Dörre vem desenvolvendo há bastante tempo sua teoria da *Landnahme* capitalista. Não há uma tradução exata para o termo em português, por isso resolvemos manter no original. Traduzido literalmente, este conceito significa apropriação ou aquisição de terras (*land grabbing*, em inglês). Entretanto, no arcabouço teórico do autor, o conceito é utilizado para definir a expansão capitalista em amplo sentido. Ou seja, *Landnahme* significa a expansão e a conquista capitalista constante de um outro não capitalista. Este outro pode ser um território, grupos populacionais, classes sociais, modos de produção, formas de vida e padrões de conhecimento ou dados, que ainda não tenham sido subsumidos totalmente aos valores de troca da lógica de lucro dominante no capitalismo.

** O autor usa o conceito de *Zangenkrise*. A palavra *Zange* significa pinça, o que nos remete à ideia de encruzilhada ou bifurcação.

*** Tradução:
Ricardo Visser,
pós-doutorando
em direito na
Universidade
Estadual do Rio de
Janeiro (UERJ).
<ricardovis@gmail.
com>.

Revisão técnica:
Fabrício Maciel,
professor do
Departamento de
Ciências Sociais da
Universidade Federal
Fluminense (UFF-
Campos) e do PPG
Sociologia Política
da Universidade
Estadual do Norte
Fluminense Darcy
Ribeiro (UENF).
<maciefabricio@
gmail.com>.
Patrícia Mattos,
professora do
Departamento de
Ciências Sociais e
da Pós-Graduação
em História da
Universidade Federal
de São João del-Rei
(UFSJ).
<pamattos@uol.com.
br>.

Publicado
originalmente
sob o título Risiko
Kapitalismus.
Landnahme,
Zangenkrise,
Nachhaltigkeits-
revolution. In: Dörre,
Klaus; Rosa, Hartmut;
Becker, Karina; Bose,
Sophie; Seyd,
Benjamin
(Orgs.), Große
Transformation? Zur
Zukunft moderner
Gesellschaften.
Edição especial
da *Berliner Journal
für Soziologie*.
Wiesbaden: Springer
Editora, p. 3-34,
2019. Tradução
devidamente
autorizada pelo
autor, que detém os
direitos autorais.

the overdue sustainable revolution remains blocked, capitalism itself becomes an incalculable risk. The contribution pleads for a public sociology of sustainability, which orients itself on Sustainable Development Goals (SDGs) and creates a framework which enables to challenge the pressure for growth, the constrain towards market expansion and expansive accumulation of property.

Key Words: Landnahme. Globalization. Pandemic. Bonapartism. Public sociology. Sustainability.

1. Introdução

As sociedades capitalistas industrialmente desenvolvidas encontram-se em meio a uma decisiva crise econômica e ecológica. Uma vez que o meio mais importante para a superação de crises econômicas – a geração de crescimento econômico – confirma-se como crescentemente destrutivo, além de socialmente corrosivo, os antigos centros capitalistas estão diante de uma inflexão decisiva: ou bem conseguem moldar o crescimento econômico, de maneira ecológica e socialmente sustentável, ou precisarão encontrar caminhos para garantir estabilidade sem crescimento acelerado (Jackson, 2009: 128). Assim era a descrição de uma situação decisiva de uma época há uma década. Confrontados com os efeitos da crise bifurcada (*Zangenkrise*) e da pandemia, faz-se necessário um apontamento: os países capitalistas do Norte Global encontram-se diante de uma revolução sustentável, a qual será bloqueada por conta da crise do coronavírus e seus desfechos. Contudo, caso as relações de dominação sedimentadas impeçam a transição para a sustentabilidade social e ecológica, o capitalismo transforma-se, ele próprio, em risco incalculável.

Para justificar esta concepção, recomenda-se compreender o elo entre acumulação, crescimento e sustentabilidade de maneira mais precisa. Portanto, o entendimento desta aliança ocorre na discussão com a teoria da modernização reflexiva, pois esta corrente foi um dos poucos diagnósticos sociológicos que dedicou a devida atenção aos grandes riscos ecológicos (Beck, 1996). Dado que resultados de anos de pesquisa não se deixam resumir em um único artigo, é preciso, neste caso, permanecer no fundamento da argumentação. Eu desenvolverei o argumento em seis etapas. Primeiramente, apresentarei um esclarecimento teórico preliminar. O paradoxo da expansão da dinâmica capitalista será posto à luz sob a perspectiva do teorema da *Landnahme* (seção 2). Na próxima etapa apreenderemos, em sua autonomia relativa, a coerção para acumular, o impulso político-ideológico de expansão e o imperativo do crescimento (3). Assim sendo, conhecimentos conquistados podem ser utilizados na análise do diagnóstico do presente e seus efeitos (4, 5). Segue-se uma digressão sobre os efeitos da pandemia do coronavírus (6). Por fim, empreendo uma discussão sobre possíveis saídas da crise (7).

2. Fundamentos: o que significa a *Landnahme* capitalista?

Ulrich Beck concebeu a modernização reflexiva em ruptura com a teoria clássica do capitalismo. À sociologia ele prescreve um familiar “consenso de modernização entre Marx, Weber, Adorno e Luhmann” (Beck, 1996: 36), no qual prima uma problemática premissa de linearidade. Segundo esta corrente, há continuamente coerções supraindividuais que constroem o sentido subjetivo da ação. Com isso, transformações sociais qualitativas só podem ser pensadas enquanto revoluções. Colocar a si próprio sob ameaça através de perigos ecológicos explode este esquema: “a modernização em curso progressivo coloca os próprios fundamentos da modernização das sociedades industriais às claras” (Beck, 1996: 36). Nos centros de poder da primeira modernidade, nos vemos confrontados com fenômenos, os quais se subtraíram aos roteiros decisórios e aos antes preservados cálculos de racionalidade. A “gaiola da servidão” de Weber explode e a humanidade se veria entregue às coerções formativas de outra modernidade.

No que concerne ao efeito socialmente transformador dos conflitos ecológicos da sociedade, Beck tinha razão em pontos importantes. Contudo, seu distanciamento da teoria clássica do capitalismo se provou, após certo tempo, incorreta. Muitos dos mecanismos de expansão, que trazem à tona conflitos ecológicos, não se deixam compreender por completo sem o instrumental da clássica análise do capitalismo. A ambição do teorema da *Landnahme* é fundamentar esta concepção. Em sua utilização sociológica (Lutz, 1984; Dörre, 2009) o conceito de *Landnahme* reflete um paradoxo de expansão¹, que não é compatível com a representação linear da modernização. *Landnahme* significa: o capitalismo deve se expandir para existir. Ele está orientado, em todas as suas dimensões, à contínua ocupação de “nova terra”. Neste contexto, terra não significa estritamente território, mas povos, modos de produção, formas de vida e, recentemente, também dados e reservas de conhecimento, os quais ainda não estão completamente subsumidos à troca de mercadorias motivada pelo lucro. Em função de sua bem sucedida expansão, o modo de produção capitalista paulatinamente destrói aquilo que necessita para sua reprodução extensiva. Quanto mais eficientemente a máquina de acumulação e mercantilização funciona, mais ela enterra efetivamente a capacidade de autorreprodução de recursos sociais e naturais, sem os quais as sociedades capitalistas são incapazes de sobreviver.

Evidentemente este paradoxo não causa o colapso automático do capitalismo. Ele coloca em curso uma dinâmica circular e contraditória, a qual porta consigo mecanismos recorrentes de estabilização do modo de produção capitalista. Se seguirmos Karl Marx, então este movimento se refere à acumulação primitiva do capital

**** Klaus Dörre
é professor
de sociologia
econômica, do
trabalho e da
indústria no Instituto
de Sociologia da
Friedrich-Schiller
Universität
Jena, Alemanha.
Também é diretor
do DFG-Kollegs
“Postwachstums-
gesellschaften”.

1. Estamos diante
de um paradoxo
quando uma
dinâmica que produz
um determinado
efeito conduz ao seu
contrário.

(Marx, 1973: 741-802). Em contraste com a imagem dominante e pacífica da assim chamada acumulação primitiva, Marx compara a real constituição do modo de produção capitalista com a “tentação” do Jardim do Éden. O capitalismo não foi gestado por si próprio e não é, de modo algum, o resultado de um destacado impulso de poupança de proprietários de patrimônios. Antes de qualquer coisa, Estado, coerções extraeconômicas, acumulação através da expropriação rural violenta, roubo de bens eclesiásticos, privatização de território comunitário, colonização e escravidão auxiliam no seu nascimento. O decisivo não é, no entanto, a gestação violenta da transição – enfatizado por Marx (Kocka, 2013: 44; Fulcher, 2007: 42) –, mas a referência ao propulsor central da expansão capitalista. A separação entre produtores e meios de produção, a emergência da propriedade privada capitalista e o surgimento do dobro de trabalhadores assalariados constituem uma relação social, cuja reprodução estendida força uma expansão. Analisados em conjunto, não apenas mercadorias ou lucro são produzidos, o processo de produção capitalista “produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado os capitalistas e, de outro, os assalariados” (Marx, 1973: 604). No capitalismo industrial, com seus constrangimentos microeconômicos, movidos pela concorrência em direção à contínua revolução das forças produtivas, realiza-se a reprodução em forma estendida. Por isso, o capitalismo não se deixa reduzir apenas à troca entre dinheiro e mercadoria (D-M-D), orientada pelo lucro. Inicialmente, apenas podemos falar em capitalismo tão logo a mais-valia obtida (MV) ou lucro (L), num dado período produtivo, seja investido (ou pelo menos uma parte) em outro período produtivo subsequente e as mercadorias excedentes sejam vendidas, de modo que a mais-valia ou o lucro, em sua forma monetária (um excedente em dinheiro (D), possa vir a ser gerado. Este movimento é fundamentalmente expansivo. Ele não pode, e esta é a concepção central do teorema da *Landnahme*, se reproduzir em função de si próprio, porquanto está destinado à constante incorporação do que lhe é alheio (ou exterior (*Außen*), isto é, de um outro não capitalista. Levando em conta o problema proposto, este pensamento deve ser especificado de duas maneiras.

A acumulação do capital realiza-se, *a todo tempo, como duplo movimento, e na dependência de um outro não capitalista*. Enquanto Marx partia da ideia de que a imposição violenta do modo de produção capitalista eficiente permaneceria um episódio histórico, já que a força de trabalho reconheceria as exigências resultantes da “educação, tradição e costumes como leis naturais evidentes (Marx, 1973: 765), Rosa Luxemburgo observava a dinâmica capitalista precisamente como acumulação primitiva contínua (Luxemburg, 1975a: 398). É apenas nos “mercados internos capitalistas”, nos quais a exploração repousa, formalmente, no princípio da troca equivalente, que o capitalismo pode se reproduzir extensivamente de si próprio. O outro movimento se desdobra no intercâmbio com mercados “externos”, que não são inteiramente

capitalistas, sendo marcados por trocas desiguais, degradação social, sobre-exploração e disciplinarização estatal (Luxemburg, 1975a: 315). A distinção entre “interno” e “externo” não é, neste caso, relativa à “geografia política”, mas à “economia social” (*soziale Ökonomie*). Ademais, os mercados capitalistas internos comportam-se expansivamente em relação aos “externos”. A *Landnahme*, ou a mercantilização de uma exterioridade, se assemelha a extensivos e prolongados “desmantelamentos” e “assimilações” (Luxemburg, 1975a: 364) de ambientes não capitalistas. Na esteira deste processo emergem “formas mistas peculiares entre o moderno sistema de assalariamento e relações de dominação primitivas” (Luxemburg, 1975a: 312). Como exemplos, Luxemburgo aponta, dentre outros, “a aniquilação planejada, consciente e a segmentação da propriedade comunal”, a qual a política colonial francesa levou a cabo em suas colônias árabes (Luxemburg, 1975a: 328), ou o “trabalho assalariado forçado”, introduzido pelos conquistadores espanhóis na exploração das populações indígenas na América Latina (Luxemburg, 1975c: 670). Um caso atualmente impressionante se deixa entrever no trabalho forçado desempenhado pelos felás² egípcios: seu trabalho serviu ao financiamento de dívidas públicas, contraídas pela elite nacional junto ao capital financeiro internacional, para realizar grandes obras como o canal de Suez (Luxemburg, 1975b: 363). Segundo esta proposição, *Landnahme* significa que formas distintas de trabalho precário, coagido e, em parte, mercantilizado permanecem conservados por longos períodos históricos a fio, bem como se tornam repetidamente recombinações e utilizados como trabalho submisso ao capital. Elas formam conexões híbridas a partir do trabalho assalariado parcialmente protegido e de formas laborais pré-capitalistas em mercados estruturados, cujo “metabolismo” promete ganhos extras aos atores dominantes.

2. Trabalhadores camponeses originários do norte da África.

3. Sobre a África do Sul, ver Ludwig (2019: 90, 145); sobre a China, ver Lüthje *et alii* (2013); sobre diferentes países, ver Holst (2017).

Desta constelação fundamental aos dias atuais, pouca coisa mudou. As cadeias de criação de valor das corporações transnacionais penetram nas sociedades, nas quais o trabalho assalariado parcialmente protegido só pode ser desempenhado por uma minoria, enquanto o trabalho precário, forçado (ou parcialmente forçado), assim como o trabalho informal, representa a normalidade para a maioria³. A dependência da produção capitalista de mercadorias de um modo de produção secundário, no qual o trabalho doméstico e assistencial feminino conforma inicialmente a força de trabalho em geral (Federici, 2015; Soiland, 2016), perdura com certa constância. Conquanto sua teoria da realização da mais-valia externa não possa ser preservada (Turban, 1980), Luxemburgo identificou, em seu questionamento sobre o elo entre “excedente de capital – problema da absorção” (Harvey & Frings, 2014: 32) uma força expansionista por trás de tais relações atuantes. Este processo social e econômico não se encontra elaborado desta maneira em Marx. Uma vez que a mais-valia excedente do respectivo ciclo produtivo anterior não pode se realizar no interior de uma demanda agregada já disponível e afluyente, a reprodução estendida do capital

requer a permanente expansão do mercado. A análise deste mecanismo expansivo é extremamente atual: ela não perde em relevância, mesmo quando se renuncia à teoria do valor de Marx e se argumenta exclusivamente com preços (Robinson, 1964; Bellofiore, 2009). Portanto, o capitalismo é um “sistema singular de dependência de mercado” (Meiksins Wood, 2015: 115). Ele generaliza “o imperativo da concorrência, da acumulação e da maximização do lucro”, “assim como necessita se expandir num grau jamais atingido por outra forma social” (Meiksins Wood, 2015: 115).

A coerção pela expansão do mercado deságua, de maneira igualmente singular (2), na contínua *perturbação do metabolismo entre sociedade e natureza*. O metabolismo, categoria concebida pelo cientista natural Justus von Liebig,

apreende o complexo processo de intercâmbio bioquímico através do qual um organismo (ou uma determinada célula) obtém energia ou material de seu ambiente, tornando-se este último a base de seu crescimento através de diversas reações metabólicas (Foster *et alii*, 2011: 381).

Com o auxílio deste conceito, Marx entende o trabalho como processo de transmissão vital, que implica a reprodução de recursos naturais. O incessante empenho na apropriação do excedente laboral condiciona um nexo expansivo em relação aos recursos naturais, ao negar aquela fronteira própria a cada ordem metabólica.

Marx elaborou esta problemática apenas de maneira preliminar. Porém, em seus escritos preparatórios ele traça detalhadamente a ideia de um “imperialismo ecológico” (Saito, 2016: 231), com potencial para uma crise global. Ao tomar como referência a produção de guano, ele mostra como a industrialização da agricultura demanda cada vez mais a utilização de fertilizantes por conta da iluviação do solo. Movidos pelo lucro e com camponeses chineses inseridos num regime laboral brutal, o caso nos conduz à exploração insustentável de guano, tornando claras as fronteiras naturais da acumulação. Uma vez que o guano desaparece por causa de sua superexploração, faz-se necessário encontrar outros fertilizantes, ou então a produção de bens agrícolas não pode se expandir adiante. A força propulsora que iluvia o solo e destrói a reprodução de recursos naturais é, para Marx, idêntica àquele mecanismo social que estrutura a exploração do trabalho:

A mesma rapacidade cega que, de um lado, esgota a terra, é, de outro, aquela que se apodera da força vital da nação pela raiz (Marx, 1973: 253).

Assim como a utilização expansiva do patrimônio laboral, a perturbação do metabolismo da terra se desdobra em mercados “internos” e “externos”. O capitalismo

é, ele próprio, um sistema ecológico global⁴, no qual não apenas recursos naturais são explorados de modo rentável, mas também a maneira como este sistema se apodera de recursos naturais os mais baratos possíveis para sua reprodução. Este mecanismo de expansão é cego diante das exigências reprodutivas dos ciclos naturais. Assim como a produção de guano, a exploração de recursos naturais pode ser impelida a tal ponto que o ciclo natural pode vir a colapsar.

Do ponto de vista da teoria da *Landnahme* a dinâmica capitalista não se deixa entender enquanto modernização linear. Certamente há regiões e setores nos quais se percebe a existência de um capitalismo mais racional e eficiente. Tal capitalismo permite aos indivíduos e grupos a incorporação de um *habitus* econômico que, antes de tudo, lhes capacita para agir racionalmente no mercado. Em sociedades de mercado capitalistas, os indivíduos são forçados a se transformarem em empresários de suas próprias vidas. Seu comportamento é, em cada dimensão da vida, “produto de uma franca reinvenção” (Bourdieu, 2000: 116). As disposições necessárias para tanto só podem ser incorporadas na medida em que a própria vida está orientada por um ponto de fuga futuro previsível. Sem uma consciência em relação ao futuro, que só pode verdadeiramente se constituir por meio de um emprego e de uma renda minimamente estável, o comportamento empresarial, mediado pelo cálculo, não encontra as precondições de sua emergência. A viabilidade do mercado “interno” de um capitalismo movido pela eficiência está ancorada em instituições que respaldam socialmente mercados, bem como dotam as classes subalternas de certo nível básico de segurança. Este não é o caso nos mercados “externos”. Neles, a superexploração, as trocas desiguais e a disciplinarização política avalizam a existência de recursos e povos aviltados. Segundo Jason Moore, nestes mercados, o sistema ecológico global capitalista, ao lado da natureza banalizada, recorre a todo tempo a dinheiro barato, trabalho barato, à assistência, energia e alimento barato (Patel & Moore, 2018). Portanto, o capitalismo racional e eficiente jamais existe em sua forma pura. Ele se reproduz em constante intercâmbio com setores nos quais uma boa parcela da população tem dificuldades na incorporação do *habitus* econômico (minimamente racional), ou sequer consegue incorporá-lo. A rede da sociedade global capitalista demonstra que

existem diferentes “modos de produção” coexistentes, da escravidão ao capitalismo, que apenas existem em torno dos outros e ao custo dos outros [...] (Braudel, 1985: 66).

Os “métodos da exploração social desencadeiam ambos, completando-se mutuamente” (Braudel, 1985: 66) – incluindo recursos e ciclos naturais.

4. “O capitalismo na teia da vida consiste em como o mosaico de relações que denominamos capitalismo funciona através da natureza, assim como a natureza funciona através daquela zona mais limitada que chamamos de capitalismo” (Moore, 2015: 3).

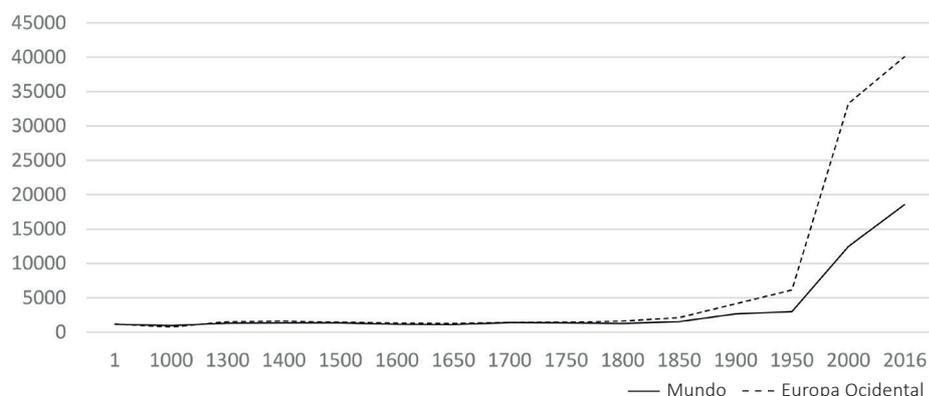
3. Dinâmicas:

como se relacionam acumulação, expansão e crescimento?

A atual crise bifurcada econômico-ecológica (*ökonomisch-ökologische Zangenkrise*) já pode, no fundo, ser identificada, em etapa embrionária, na acumulação primitiva. No entanto, a pressão por acumulação, impulsionadores de expansão e crescimento econômico não são idênticos, o que a impregnante imagem de uma “modernidade intensiva” (Rosa, 2016: 673) não leva em consideração. Uma diferenciação categorial é significativa, pois ela nos impele a modificar a hipótese inicial de colegas pesquisadores, baseada nas considerações do economista ecológico Tim Jackson. A dinâmica interna ao capitalismo “sempre nos impele a um extremo, seja a expansão, seja o colapso” (Jackson, 2011: 80). Assim, de acordo com Jackson, as sociedades capitalistas estão “impelidas ao crescimento econômico” (Jackson, 2011: 79) – uma causalidade, que, no entanto, está parcialmente correta. Capitalismos com baixo crescimento ou economia encolhida também são capazes de estabilizar, em períodos históricos prolongados, mecanismos de dominação. Existem, nestas circunstâncias, diversos motivos.

Primeiramente devemos atentar ao fato de que existem precedentes para capitalismo com baixo crescimento. O capitalismo comercial espacialmente expansivo do século XVI se consolidou, comparativamente, com baixas taxas de crescimento. O crescimento acelerado e permanente entrou em cena, pela primeira vez, com a revolução industrial (Maddison, 2006; ver Gráfico 1), não se confirmando sim-

GRÁFICO 1
PONTO DE PARTIDA DOS PAÍSES DE INDUSTRIALIZAÇÃO CLÁSSICA
(PIB HISTÓRICO *PER CAPITA* EM 2011, EM US\$)



Europa ocidental = valor médio de Reino Unido, Alemanha, França, Holanda e Itália.

Fonte: Maddison Project Database, 2018, elaboração própria.

plesmente como característica do capitalismo (Piketty, 2014). Como a noção de crescimento permanente se consubstancia é, cientificamente, discutível. Uma pista pode ser recolhida no sentido de que regiões do mundo com grande concentração de setores econômicos de ponta, como o império chinês, funcionam como locomotivas da economia mundial. Elas determinam se haverá crescimento no longo prazo. Estratégias empresariais e de investimento, assim como decisões políticas, influenciam, em intervalos sensivelmente curtos, a forma do crescimento. Não está excluído o fato de que, em países onde a moderna indústria teve seu surgimento, o capitalismo poderia ter sumido ao final do crescimento econômico acelerado e permanente. Possivelmente, o polo de crescimento simplesmente se desloca dos antigos centros industriais para outras regiões do mundo. Todavia, em princípio, a formação de um capitalismo de outro tipo é possível, sendo capaz de lidar, assim como o capitalismo comercial, com crescimento lento (Galbraith, 2016: 265).

Neste enquadramento, é preciso notar a diferença entre acumulação de capital e crescimento econômico. Sociedades capitalistas estão, em última instância, destinadas à reprodução estendida do capital investido. Possivelmente a pressão por acumulação desemboca no crescimento econômico de longo prazo. Este último não está, entretanto, garantido, pois economias capitalistas sempre atravessam longos períodos de estagnação, de crise e de crescimento negativo. Por conta deste motivo, a dinâmica capitalista só pode ser compreendida enquanto “lógica de escada” (*Steigerungslogik*) (Rosa, 2016: 671), se igualmente sacrificarmos o entendimento da realidade. A reprodução – dilatada – do capital é um processo de várias camadas, uma vez que é suscetível a perturbações. “Se”, “como” ou “onde” o crescimento econômico se realiza, permanece, a cada etapa do ciclo reprodutivo, uma pergunta relativamente aberta para os atores capitalistas. Ademais, questiona-se se o crescimento material, isto é, em sentido qualitativo, não é exatamente o que crescimento significa (Atkinson, 2018: 311). Enquanto medida estatística significativa, o Produto Interno Bruto (PIB) indica – após a dedução dos adiantamentos – o valor total de todos os bens e serviços que foram produzidos durante o percurso de um ano dentro das fronteiras nacionais da economia de um país. Como sabemos, esta medida pouco nos informa sobre o bem-estar social. Ela também não leva em consideração o próprio trabalho não pago, ou então trabalhos que envolvem cuidado (*Sorgearbeit*)⁵, tampouco a medida do PIB está em condições de ilustrar apropriadamente produtos relativos ao trabalho informal. Os custos ecológicos do crescimento permanecem às sombras. Outro ponto cego desta medida consiste no provimento não pago de dados na economia digital. Ademais, em dados quantitativos, tornam-se encobertas as motivações pelas quais algo cresce. Se tomarmos a teoria neoclássica – baseada na teoria do crescimento centrada na oferta – como ponto de partida, o desenvolvimento da população (potencial da força de

5. O autor utiliza esta palavra para designar tipos de trabalho doméstico que envolvem algum tipo de cuidado, como, por exemplo, uma mãe que cuida dos filhos.

trabalho), os investimentos e a produtividade do trabalho se tornam propulsores decisivos do crescimento. Da perspectiva teórica da demanda, soma-se ainda crédito e demanda com poder aquisitivo, incluindo o consumo produtivo do Estado. Cada um destes fomentadores do crescimento é, em si, uma forte pré-condição e a interação entre eles não apenas altamente complexa, posto que ocasionalmente interagem de maneira contraditória entre si. Se a coação por acumulação ou extensão do mercado, que caracteriza as sociedades industriais capitalistas, conduz ao crescimento econômico no longo prazo, isto permanece, no plano mais duradouro, altamente incerto.

A prosperidade econômica se apresenta apenas quando “parâmetros de estrutura” (Lutz, 1984: 62) se estabelecem, conduzindo o regime de acumulação, os modelos de produção e as condições de vida a relações correspondentes durante um período alargado, de modo a superar restrições do crescimento. Em períodos históricos nos quais mediações sociais e funcionais falham (Aglietta, 2000: 45), a acumulação de capitais únicos pode ocorrer com muito sucesso. Mesmo no momento após a crise grega, cuja economia reduziu mais que um terço em uma década, as transportadoras obtiveram lucros ascendentes, sem que isso desencadeasse uma dinâmica de crescimento em patamares macroeconômicos. A produtividade do trabalho em organizações empresariais e em setores específicos pode crescer vertiginosamente, sem que isso conduza à prosperidade social. Cada estímulo à prosperidade repousa sobre hierarquias sociais, relações de classe e gênero, apresentando uma dimensão cultural. O crescimento econômico nutre relações com determinados estilos de vida, necessidades e determinadas orientações valorativas, que influenciam aquilo que pode ou não crescer. Portanto, cada ciclo de crescimento gera conflitos em torno da distribuição dos excedentes coletivos, cujo andamento e resultado não se deixam antever. Todas essas dinâmicas interferentes precisam ser trazidas para uma consonância numa competição produtiva, com normas hegemônicas de produção e consumo.

Se haverá bom resultado, só se pode asseverar empiricamente e *ex post*. Se a charada do crescimento fosse de fácil e unívoca resolução, teríamos achado a receita de bolo para um capitalismo despido de crises econômicas. Por isso, o crescimento econômico permanente e acelerado resulta, tão logo ele ao menos se instaure, de processos contingentes sem a necessidade de um sujeito estratégico. Ele não se deixa planejar por completo, tampouco se estabelece por meio do puro efeito de mecanismos de mercado. Contudo, o crescimento econômico ausente pode conduzir a uma situação na qual forças políticas e ideológicas expansionistas cada vez mais se valorizem. Hannah Arendt demonstrou isso, quando ideólogos e políticos expansionistas se autonomizam em relação às circunstâncias socioeconômicas ou

aos imperativos de mercado. A “progressiva acumulação” de bens se sustenta apenas porque ela se apoia no “acúmulo de poder”, que não pode ser “limitado por nada, a não ser pela respectiva necessidade de acumulação de capital” (Arendt, 2006: 326). A acumulação de poder também necessita de “material novo” permanente (Arendt, 2006: 331) e não é dirigida sem reservas pelas instituições democráticas. Destacada de relações capitalistas, a acumulação de poder também existe em sociedades não capitalistas, sociedades marcadas pelo socialismo de Estado. Algo semelhante também é válido no impulso expansionista, posto em prática no industrialismo, ou mais recentemente nas plataformas digitais de informação das sociedades. Nem todos os propulsores sociais expansionistas se deixam identificar como especificamente capitalistas, como notou acertadamente a teoria da modernização reflexiva. A expansão impulsionada pelo poder pode ser uma característica das sociedades modernas, sem, no entanto, se assentar na estrutura nodal das relações capitalistas.

Em suma: a pressão por acumulação, propulsores expansionistas tecnológicos ou políticos e os imperativos do crescimento apresentam propriedades comuns, mas não podem ser igualados. A pressão por acumulação ou pela extensão do mercado deságua no estímulo de crescimento, no qual permanece em aberto em qual medida ele irá se realizar. Da perspectiva do crescimento, a dinâmica capitalista é motivada por um antagonismo, que é definitivamente funcional. Uma vez que o capitalismo – enquanto formação social – coloca a reprodução da vida humana e da natureza quase que inteiramente sob a égide dos imperativos de mercado, ele requer, para se estabilizar, instituições que desempenhem o assentamento social dos mercados. Assim sendo, as sociedades capitalistas pendem a dois polos: “a destruição criadora”, entendida como imposição do novo, ao qual o mercado está impelido (Schumpeter, 2006: 133); e como assentamento social de relações de mercado através de garantias de segurança institucionais (Polanyi, 1995). O movimento entre dois polos que se transmite numa relação com o futuro dentro de um regime temporal é, para os capitalismo de todo tipo, essencial, tanto quanto a própria relação com o capital. Como relações de mercado se expandem e se modificam, instituições reguladoras estão sob contínua pressão por inovação. Estímulos de mercado são apartados de fases, nas quais processos sociais são marcados pela “desmercantilização” (*Dekommodifizierung*) e pelo assentamento social de mercados. As fronteiras entre setores constituídos ou não pelo mercado, isto é, entre o “interior” e o “exterior” do mercado, se deslocam constantemente e são comumente nebulosas (Yergin & Stanislaw, 1999: 12), porque elas sempre se tornam objeto de conflito entre grandes grupos sociais. Sob este prisma, as sociedades capitalistas se mostram excepcionalmente abertas ao aprendizado e à adaptação. Elas desenvolvem mecanismos de estabilização como crédito, redes de investimen-

to e inovação, o nexo trabalho/reprodução (com suas relações laborais organizadas), o sistema de garantias do Estado de bem-estar social, bem como instituições especificamente incumbidas da regulação do metabolismo com a natureza. Durante as grandes crises de acumulação, estes mecanismos de estabilização devem se renovar em seus fundamentos. Relações de propriedade, regime de acumulação, instituições reguladoras, modelos de produção e meios de vida são reformados e se modificam decisivamente, de modo que o núcleo estrutural das relações capitalistas se mantenha preservado. Nestes períodos de “revolução restauradora” (Gramsci, 1991: 1362) repete-se a “tentação” da acumulação primitiva, pois sem a “detonação da legitimidade puramente econômica através da ação política”, o colapso da economia capitalista será “inevitável” (Arendt, 2006: 335). Intervenções estatais específicas são requeridas para que o maquinário de acumulação vacilante possa ser novamente posto em funcionamento.

4. Pré história: como surge a crise bifurcada econômico-ecológica?

Com a crise bifurcada econômico-ecológica da atualidade, chegamos a um ponto de inflexão. A crise sinaliza o fim provisório de uma fase de “globalização intensiva” (Giddens, 1995), a qual, até a virada do século, foi um dos projetos de crescimento mais bem sucedidos na história do capitalismo global (Maddison, 2006: 125). Assim como em outros impulsos de prosperidade, a globalização intensificada, que se estabeleceu a partir da metade da década de 1970, também se descreve como *Landnahme* de uma exterioridade (ainda não totalmente mercantilizada) pela parte industrializada e expansionista da economia nacional e mundial (Lutz, 1984: 62). A novidade é que se trata de *Landnahmen* (plural de *Landnahme*) de “segunda ordem”, que se adequam justamente aos mecanismos de estabilização que garantiam o funcionamento racional dos mercados “internos” na era do capitalismo social (Dörre, 2019: 149-181). Por conta do abalo daí resultante, a globalização tornou-se novamente um projeto em disputa (Crouch, 2018). Enquanto a economia se encontra paralisada, muitas de suas repulsas⁶ (como crescimento lábil nos antigos centros, concorrência imperial por recursos, dominância tecnológica, crescente presença de imigrantes e, sobretudo, perigos ecológicos) dão paulatinamente lugar, em partes da sociedade civil dos países desenvolvidos, a uma forma de consciência cosmopolita. O que uns percebem como enriquecimento, pode ser especialmente vivenciado por outros como ameaça ou perda de controle. O mesmo ocorre na maneira pela qual nos posicionamos nos conflitos daí resultantes: a noção, estimulada pela busca por certeza, de que nos encontramos no meio de uma grande transformação social que, muitas vezes, equivale à procura pela saída de emergência, penetrou de forma durável na consciência cotidiana. Ela marca os

6. Por repulsões entendo efeitos iminentes da globalização desencadeados pela expansão do mercado, muito embora sejam politicamente mediados. No entanto, a expansão do mercado pode, a partir de certo ponto de inflexão, minar ou atrapalhar seu próprio desenvolvimento.

conflitos sociais, motiva o comportamento eleitoral e dá luz a novos estilos de vida. A sociedade mundial, prognosticada por Ulrich Beck (2007), toma paulatinamente forma na consciência pública. A sociedade mundial é altamente contraditória, além de não operar da maneira como a teoria da modernização reflexiva previu.

Assim como muitas interpretações concorrentes semelhantes, Ulrich Beck, não obstante, percebeu a globalização como um entrelaçamento multidimensional. Ainda que ele tenha feito uma distinção entre globalismo (a ideologia baseada fundamentalmente na lógica do realismo econômico), globalização (a conexão transversal dos Estados nacionais através de atores transnacionais, identidades e redes) e globalidade (a interdependência mundial de dinâmicas de entrelaçamento multidimensionais e autônomas), Beck não intentava abalar a “irreversibilidade da globalidade” (Beck, 1997: 29). A ampliação do comércio mundial, a interconexão global dos mercados financeiros e o aumento de poder das grandes corporações mundiais eram, para ele, importantes fundamentos (Beck, 1997: 29). De maneira largamente mais hermética, Anthony Giddens, apesar de algumas diferenças argumentativas, observou a globalização, em última análise, como um “passeio de carro alegórico”, capaz de “moer tudo que lhe contradiz” (Giddens, 1995: 173). Contudo, perde-se nestes diagnósticos, o que aqui foi introduzido como paradoxo de expansão da *Landnahme* capitalista. Se a globalização, de fato, brilha como “o sol do deserto”,

o Estado social, o sistema previdenciário, o bem-estar social, a política de infraestrutura, o poder dos sindicatos, a autonomia tarifária e a justiça tributária derretem (Beck, 1997: 13),

assim como os mecanismos de estabilização basais de um capitalismo racional, motivados pela eficiência, são arruinados. Impulsionada pelo mercado, a invasão da *Landnahme* em domínios coletivos orientados pelo bem-estar social contribui fortemente para a erosão de instituições, permitindo a consolidação indelével de uma sociedade de mercado global e transnacional. De onde os perdedores do movimento de abertura de mercado receberão o sistema de confiança que os sistemas globais, segundo Anthony Giddens, em todo caso necessitam (assim como o motor à gasolina precisa de seu combustível) é uma pergunta que a teoria da modernização reflexiva, em suas diferentes vertentes, não responde satisfatoriamente.

O que é desconsiderado nesta perspectiva é que o “carro alegórico” caiu num rodamoinho e pode tombar, ou de modo mais preciso: que um *desprendimento* excessivo gera repulsões de mercados que podem ter efeitos reversos nos centros causadores de globalização e nestes inibir investimentos e crescimento, ou então

7. Trata-se de *Dchagannath-Wagen* ou carros alegóricos em festividades indianas.

8. “Não podemos promover simultaneamente a democracia, a autonomia nacional e a globalização econômica... As causas, de nossos problemas, residem em nossa inclinação em nos pressionarmos contra este incontornável problema triparte” (Rodrik, 2011: 20).

bloqueá-los. Isto ocorre exatamente nos antigos centros capitalistas. O paradoxo da expansão se articula como “paradoxo da globalização” (Rodrik, 2011: 19), que põe novamente em dúvida a já alcançada integração social, econômica, política e cultural, apesar da inquestionável globalidade dos perigos ecológicos. Contudo, a problematização tripartite da globalização, do Estado nacional e da democracia⁸, colocada por Rodrik, carece não apenas da dinâmica de globalização do capitalismo, com sua pressão sistêmica por acumulação e expansão de mercado, mas de sua dimensão ecológica.

Assim sendo, isto não pode ser corrigido por meio de uma análise diferenciada da globalização intensificada. Algumas poucas dicas serão satisfatórias. O esboço subsequente se concentra na potencialidade de crise que a expansão do capitalismo financeiro trouxe consigo. De fato, o *modus operandi* da *Landnahme*, levada a cabo pelo capitalismo financeiro global, varia de Estado para Estado, bem como depende de filtros institucionais, como a política nacional. Contudo, o modelo básico do movimento aponta, pelo menos nos antigos centros capitalistas, numa direção similar. A imposição de um “regime de acumulação dos proprietários” (Aglietta, 2000: 66), a liberalização dos mercados financeiros, a ampla privatização do bem público, a imposição de modos de produção flexíveis e centrados no mercado, a desindustrialização daí decorrente, a instituição de cadeias de cuidado (*Sorgeketten*) e de criação de valores transnacionais, a mercantilização parcial de setores desvalorizados da saúde, bem como a sobre-exploração de recursos naturais motivadas por interesses no lucro de curto prazo foram estruturais nos países de industrialização clássica (mas não só).

Em sua competência geral, no capitalismo financeiro, a expansão de mercado tende a minar aqueles mecanismos de estabilização que são inegociáveis para o funcionamento dos mercados “internos”, a saber, o sistema creditício e de inovação, as redes entre trabalho e reprodução, institucionalizadas no período do Estado de bem-estar social, bem como as relações de intercâmbio com a natureza extra-humana. Com isso, podemos distinguir entre três tipos de *Landnahme* capitalista:

i. a *Landnahme* externa, para além das fronteiras nacionais, nas quais territórios, mercados e títulos de propriedade são apropriados, quando se mantinham, anteriormente, além das fronteiras de valorização (algo como a tomada de posse, pelas linhas áreas alemãs, do bem público sob a forma de aeroportos regionais mais lucrativos);

ii. o encerramento de uma “exterioridade interna” (por exemplo, por meio da comercialização dos serviços de saúde ou da privatização de empresas públicas); assim como

iii. a “fabricação ativa” (Harvey, 2005: 140) de um outro funcional através da desvalorização, da depreciação ou reconstituição de regiões (desindustrialização ou reestruturação) e das forças de trabalho (por meio do mecanismo de exército de reserva e precarização).

Por mais bem sucedido que “conserto” financista⁹ tenha se provado – ao mesmo tempo em que está propenso a falhas – seu auxílio foi utilizado na injeção de capital excedente para a comercialização de expectativas das expectativas (*Erwartungs-Erwartungen*) de riquezas futuras.

É característico de mercados financeiros – que operam com expectativas de expectativas e que, além de divisas, também negociam perfis de riscos e vencimentos de ações – que eles radicalizem a orientação com relação ao futuro da atividade econômica, marcando seu caráter especulativo. Atores do mercado financeiro antecipam e avaliam o futuro econômico e, eventualmente o futuro político, no presente, ao dirigir o risco de cenários futuros incertos a vários participantes do mercado. Se a função mercadológica originária da economia financeira consistiu, sobretudo, em financiar atividades na economia produtiva e na garantia de uma distribuição o mais eficiente possível dos fluxos de investimento, então ocorreu, com a liberalização do trânsito de capital, um deslocamento da função de crédito para a de investimento do setor financeiro. A ascensão dos investidores internacionais é uma expressão marcante desta *Landnahme* financeiramente motivada.

O interesse primário destes investidores financeiros não reside no financiamento de processos produtivos, garantidos na troca com a partilha de lucros como, por exemplo, no acréscimo de juros no capital emprestado, mas no aumento máximo do investimento financeiro confiado. Através do entrelaçamento do capital de seus clientes, eles adquirem influência potencial sobre as empresas e governos, uma vez que compram seus títulos de dívida. Entretanto, ainda permanece nebuloso se, como ou com quais objetivos estas possibilidades de influência são percebidas. Por conta da intensa concorrência e em benefício de seus clientes, os investidores internacionais estão pressionados por expectativas de altos retornos. Disso resulta uma permanente procura por sempre novas possibilidades de investimentos e oportunidades de aumento no rendimento de investimentos existentes. De maneira geral, as transformações aqui esboçadas mudaram os mercados financeiros “de organizações de financiamento de investimentos para lugares de busca incessante por altas e rápidas rendas financeiras” (Huffschmid, 2002: 87), conduzindo a um desproporcional crescimento dos patrimônios financeiros. Especulações de risco podem ser dramaticamente aumentadas através da alavancagem do capital empregado. Esta alavancagem se deixa escalar com as técnicas financeiras apropriadas,

9. David Harvey fala de um “conserto espacial e temporal”, no sentido de ligação como no sentido de reparo. O capital excedente entra em novas ligações temporais e espaciais por meio de sua internacionalização. Deste modo, problemas relacionados à superacumulação se tornam momentaneamente “reparados”. No caso da financeirização, o “reparo” age sobre investimentos financeiros e para o retardamento de problemas relativos à valorização.

gerando riscos de financiamento numa dimensão que, em caso de *crashes*, a ação reparadora estatal se faz cada vez mais necessária (*too big to fail*) para estabilizar o sistema financeiro.

As perturbações que os empresários dominantes insolventes desencadeiam podem tomar proporções globais. A força de permanência do poder do capitalismo financeiro se explica em função do esforço de Estados em evitar tais colapsos. Dito de outra forma: a acumulação de poder financeiro coincide cada vez mais com a acumulação de poder político. Grandes empresas na indústria financeira sempre podem contar que o Estado intervenha como salvador. Isto novamente reforça o risco moral (*moral hazard*) que a prontidão de atores do mercado financeiro significa (ao tomar altos riscos em nome do próprio interesse), uma vez que agem novamente como causadores adicionais de crises. No caso das crises, as elites políticas precisam frequentemente, por falta de alternativas, recorrer à legião de peritos das corporações financeiras dominantes. Atualmente, em muitos Estados da União Europeia, os agentes políticos de ponta são imediatamente recrutados nos grandes institutos de consultoria. Da simbiose de recursos de poder político e econômico amadurece, para os atores do setor financeiro, um poder de definição, que permite à sua expertise não apenas determinar a relevância sistêmica de institutos creditícios, da isenção tributária e da regulação ou da construção de uma defesa para o Euro, mas também saber utilizá-la de modo operacional. Com isso, o elo entre capitalismo e mercado financeiro significa que a desproporcional expansão do setor financeiro e sua dinâmica especulativa se consolidam sociocultural e institucionalmente. Simultaneamente, este é um processo portador de crises em elevado grau.

Como se tivesse havido a necessidade de uma prova prática para a vulnerabilidade de crise do capitalismo financeiro e seus entrelaçamentos globais (Windolf, 2005), o *crash* global de 2007-2009 ofertou-nos uma aula prática visual. O colapso econômico global foi desencadeado por proprietários de casas norte-americanos insolventes, provenientes das camadas sociais baixas. Os bancos distribuíram largamente os riscos do crédito imobiliário, interconectados com taxas de juros flexíveis, através da securitização (créditos *Ninja*)¹⁰. Esta democratização evitável do risco comprovou-se como calcanhar de Aquiles do sistema financeiro. Créditos de proprietários de casas insolventes, que não tinham mais serventia, inundaram o Lehman-Brothers até sua bancarrota e provocaram uma crise financeira, que não se deixou limitar pelas fronteiras dos Estados Unidos. A perda de confiança no sistema financeiro fez as transações de produtos financeiros internacionais e a alocação de crédito efetivamente sucumbirem. A crise dos bancos e a crise de crédito provocaram uma conflagração que retardou temporariamente a chamada economia real, ou melhor: que alcançou a economia produtiva além do setor financeiro. Com isso,

10. *Ninja* (em inglês, *No Income, No Job, and no Assets*), é um tipo de crédito concedido a pessoas que não podem comprovar renda, emprego e propriedade de ativos (nota do tradutor).

uma constelação de crises, cada vez mais envolvente e de proporções mundiais, encontrou-se em face do desequilíbrio econômico e da tibieza estrutural no interior dos Estados nacionais, já existentes muito antes do início da crise. Embora a partir de 2010 a economia mundial tenha largamente se recuperado de seus baixos níveis de crescimento, incontáveis conjuntos de crises nacionais seguiram emergindo. A progressão das crises nacionais foi influenciada por instituições divergentes, por relações de trabalho, por formas específicas de gestão da crise e pelas ondas de protesto por elas provocadas. Nas variantes respectivas do capitalismo, a crise atua de maneiras distintas, mas ela é atuante em suas “agitações subsequentes” (Tooze, 2018) por todo lado (Harvey, 2010; Galbraith, 2016).

5. Repulsões:

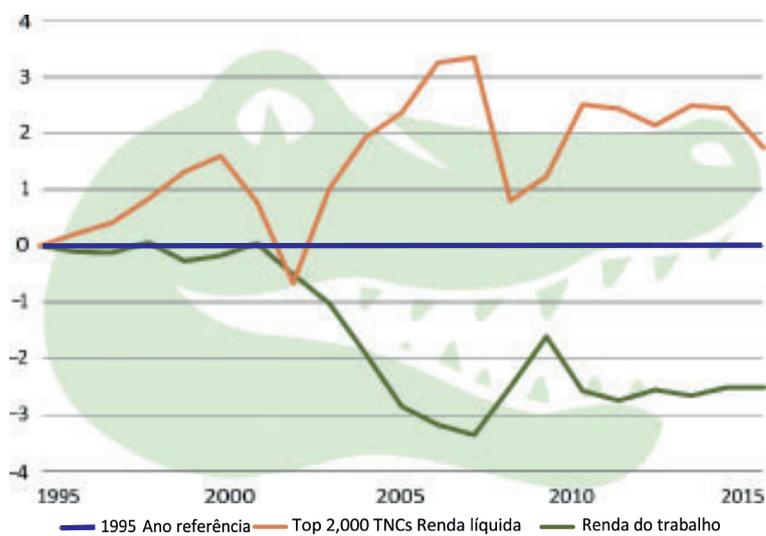
o que causa a crise bifurcada econômico-ecológica?

Diante do já esboçado pano de fundo, pode-se precisar o que engloba a categoria de crise bifurcada econômico-ecológica. Esta crise não se deixa reduzir ao *crash* global de 2007-2009, implicando muito mais do que uma grande crise de acumulação. Ela é o ponto de cruzamento de duas longas linhas de desenvolvimento. De um lado exaure-se a era de crescimento econômico acelerado e permanente, com altas taxas de crescimento, pelo menos nos países de industrialização clássica (Galbraith & Dörre, 2018). De outro, as taxas de crescimento que, em considerável medida, estão assentadas sobre fontes de energia fóssil, estão, mesmo nos antigos centros, altas o bastante para aumentar o consumo de energia e recursos até o limite, bem como emissões ambientalmente danosas, colocando a capacidade de autorreprodução do ecossistema em dúvida. Neste sentido, a crise bifurcada é tanto expressão do crescimento econômico e duradouro (Gordon, 2016), quanto igualmente resultado continuado do perturbado metabolismo sociedade-natureza, o que consistentemente faz encolher a janela temporal de redirecionamento. Nesta nova constelação histórica, a função social do crescimento econômico se modifica. O crescimento serve cada vez menos como meio para a pacificação de conflitos sociais e para a dissipação de crises econômicas, como era o caso na era do capitalismo social (*Sozialkapitalismus*) na Europa continental. Ele não é mais a recompensa para os participantes do mercado que precisavam se endividar pública ou privadamente, para pelo menos tomarem parte como consumidores na produção de mercadorias baratas e serviços do capitalismo financeiro. Na nova era que se instaurou com o *crash* de 2007-2009, a destrutibilidade ecológica e social de um crescimento baseado em energia fóssil tornou-se um importante objeto de conflito. O velho conflito industrial de classes não desapareceu, mas nos recém-aparecidos capitalismo de pós-crescimento transformou-se cada vez mais em um conflito pela transformação socioecológica. Duas repulsões de globalização in-

tensificada serão analisadas: o aumento da desigualdade e o acúmulo de grandes riscos ecológicos.

i. Desigualdade na sociedade de classes desmobilizada: a globalização certamente mudou a composição das desigualdades sociais. Ela reduziu a pobreza absoluta pelo mundo (Dreher, 2006). Há três décadas, as desigualdades sociais verticais aumentam novamente em praticamente todos os países (Piketty, 2014; Alvaredo *et alii*, 2018). Enquanto as desigualdades entre Estados nacionais diminuem por conta da recuperação de grandes países em desenvolvimento (especialmente na China), as desigualdades de renda e patrimônio aumentam no interior dos Estados nacionais, ou permanecem em altos níveis (Therborn, 2012; Milanovic, 2016; 2017). Permanece ainda confuso se esta tendência se estagna, pois se tomássemos o crescimento *per capita* prognosticado, a distância entre a China e os antigos centros poderia futuramente se tornar ainda maior. Também não devemos desconsiderar que novas periferias se constituem em antigos centros (por exemplo, Grécia, o Sul europeu e o Sudoeste). Nas claras características de desigualdades de classe específicas no interior das sociedades nacionais, nada se modifica. Assim se constituíram os lucros das maio-

GRÁFICO 2
O GRÁFICO CROCODILO: PREDADORES SUPERSTARS



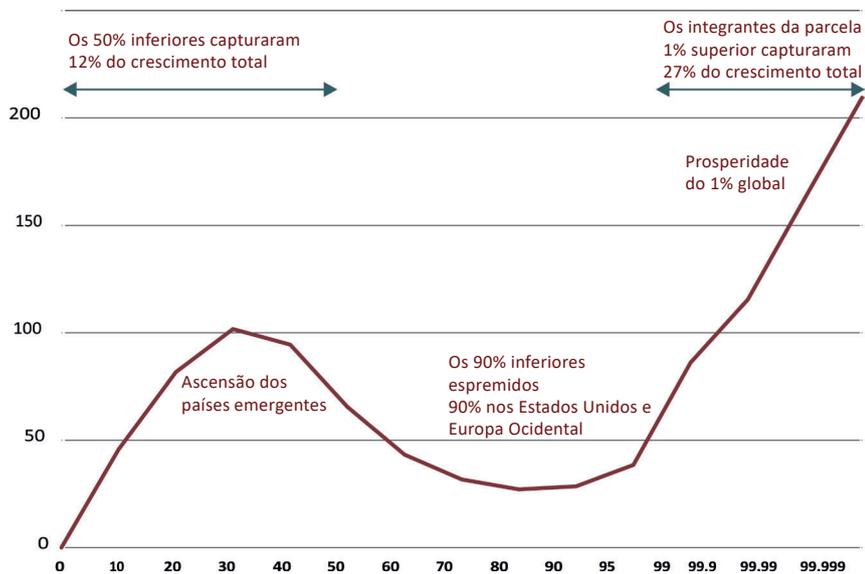
O lucro das maiores 2.000 corporações transnacionais e a participação global da renda do trabalho, 1995-2015 (porcentagem em GDP).

Fonte: Gallagher; Kozul-Wright (2019: 12).

res duas mil empresas transnacionais, enquanto as proporções da renda geradas pelo trabalho, no Produto Interno Bruto mundial, entre 1995-2000 (Gráfico 2) mostra a tendência inversamente proporcional.

Enquanto os lucros das empresas transnacionais aumentaram permanentemente, entre a virada do milênio até 2013, com a exceção do ano de 2009 (em plena crise), as proporções da renda dos assalariados no PIB, com exceção do ano de crise, afundaram aceleradamente até 2013. Desde então, elas aumentaram levemente, mas mantiveram-se, contudo, num nível relativamente baixo. Claramente isso significa que os frutos do crescimento econômico, se esse eventualmente vier a ocorrer, são distribuídos de maneira altamente desigual. O assim chamado “gráfico elefante” (Gráfico 3) exemplifica a forte razão desproporcional que a minúscula minoria da população adulta mundial recebe do bolo de crescimento, enquanto os 50% localizados na base dos que geram renda tomam parte de maneira muito discrepante ou até perdem. Já o 1% mais rico da população adulta mundial apurou, entre 1980 e 2016, 27% do crescimento no aumento de sua riqueza. Os 50% da base dispõem de meros 12% da porção do crescimento.

GRÁFICO 3
A CURVA ELEFANTE DA DESIGUALDADE E DO CRESCIMENTO GLOBAL



Distribuição da renda global e o crescimento da renda, 1980-2016 (Renda real e crescimento *per capita* (%)).

Fonte: Gallagher; Kozul-Wright (2019: 18).

Paralelamente ao aumento na renda dos detentores do capital, a cota média de salário, nos países industrializados, decresceu de maneira praticamente contínua entre 1980 e 2013 (IMF, 2017: 5). Os aumentos salariais dos anos subsequentes não corrigiram este decréscimo. O crescimento acelerado nos grandes e pequenos países em desenvolvimento, nos quais houve a expansão da classe média, se deu em detrimento dos grupos perdedores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os principais ganhadores da globalização são as elites endinheiradas, que predominantemente ainda vivem nos antigos centros capitalistas. Quarenta e quatro por cento do aumento na renda, alcançado entre 1988 e 2008, se direcionou aos 5% mais ricos, sendo que quase um quinto disso foi para o percentual mais rico da população mundial adulta. Nos países em desenvolvimento, a classe média aspirante permaneceu com meros 2 a 4% do crescimento (Milanovic, 2016; 2017).

Para perdedores, principalmente os trabalhadores da indústria – no entanto, apenas indiretamente, pois eles estão em grande parte localmente limitados – e o crescente proletariado do setor de serviços nos antigos centros, relativiza-se aquilo que Branko Milanovic chamou de “bônus de lugar” da distribuição de patrimônio. A sorte de ter nascido num país rico não protege mais diante das perdas de renda e de *status*, da descendência social, do precariado e da exclusão social. Distinções de classe recrudescidas se expressam com força novamente. Ao mesmo tempo, novas clivagens e desigualdades ganham significado, pois elas parcialmente se fazem sensíveis dentro das classes direta ou indiretamente dependentes de salários. Mesmo em sociedades com uma economia próspera, relações laborais inseguras se tornaram “uma forma de organização normal” (Castel, 2011: 136) da vida social. A sociedade de trabalhadores precários em tempo integral da Alemanha não é, aqui, uma exceção. Tanto na renda e no patrimônio quanto na moradia, na saúde, na educação e na distinção social, a Alemanha tornou-se uma das sociedades mais desiguais da Europa e dos países da OCDE (Kaelble, 2017: 176; Alvaredo *et alii*, 2018: 155-161).

Apesar da prosperidade econômica, o capitalismo racional e eficiente encontra-se na defensiva. Em decorrência da *Landnahme* do capitalismo financeiro, estabeleceu-se um “capitalismo político” (Jessop, 2018), amputando sistematicamente os padrões de bem-estar nos mercados “externos” e, ao invés da participação no assalariamento, são impostas trocas desiguais, desvalorização social e disciplinariza-

ção política. O enfraquecimento das relações laborais organizadas contribui fortemente para isso. Embora na Alemanha a atividade rentável tenha atingido um nível recorde, o grau de organização sindical, em 2018, permaneceu em torno de 18% da população de empregados dependentes. Em comparação com o resto da Europa, este é um valor médio. Enquanto o grau de organização na Suécia ainda é de 67%, ele afundou, em inúmeros países, sob a marca dos 20%. Na França apenas 8% dos empregados assalariados ainda estão organizados em sindicatos. Paralelamente a isso, retrocede a adesão a convenções coletivas¹¹ por parte das empresas na maioria dos países da União Europeia. Enquanto na Áustria 98% da população empregada nas empresas trabalha com contratos (resultados de convenção coletiva), na Grécia ainda são apenas 40%, na Hungria 23% e na Polônia 15% (Lehndorff, 2019). Também na Alemanha a cobertura de contratos por convenção coletiva retrocede desde há muito. A tendência geral é de que, na maioria dos Estados da União Europeia, durante muitos anos, chegou-se à descoletivização das relações de trabalho. A regulação de salários e padrões de trabalho encontra-se crescentemente entre dois mundos. No primeiro mundo, em encolhimento, existem ainda os contratos de convenção coletiva segundo regiões¹² e codeterminação. Para o segundo mundo, em expansão, vale o oposto. Neste mundo das terceirizações, dos trabalhos mal pagos no setor de serviços e do trabalho feminino desvalorizado dominam, tão logo disponíveis, regulações empresariais ou específicas às empresas. É o mundo das ocupações inseguras, dos baixos salários, do apreço social ausente que – mediado pelos padrões do Estado de bem-estar social, dos direitos sociais e das possibilidades reais de participação – se tornaram um exterior (*Außen*), ou seja, uma área de expansiva exclusão social.

Em geral, as desigualdades sociais e, especialmente, aquelas específicas à classe aumentaram em tal medida que se tornaram, na concepção de economistas liberais (Fratzscher, 2016), o freio do crescimento. Se as taxas de crescimento estão baixas e se a redistribuição de cima para baixo permanece ausente, o mecanismo causal de Piketty

r (= rentabilidade do ativo) > g (= crescimento econômico)

se efetiva no sentido de um reforço da desigualdade. Posto que as perdas no crescimento penetram retardadamente nos ativos, a concentração de patrimônio aumenta, desigualdades sociais se manifestam, o poder de mercado dos proprietários ricos aumenta e a probabilidade

11. O contrato coletivo regula os direitos e deveres das partes envolvidas nos contratos coletivos (sindicatos, empregadores individuais, assim como associações de empregadores), a partir de normas legais que organizam o conteúdo, a conclusão e o término das relações de trabalho, bem como questões profissionais e relativas a leis empresariais constitucionais. Naturalmente, o trabalhador precisa estar sindicalizado para participar (nota do tradutor).

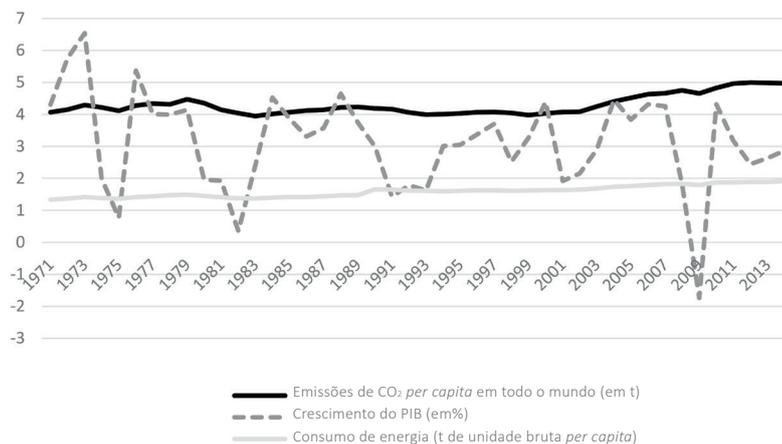
12. Trata-se do *Flächentarif* (Vertrag) que são contratos assentados em convenções coletivas nas regiões da Alemanha. Eles ainda podem variar segundo os diferentes ramos da atividade econômica (nota do tradutor).

de de que isso se transforme em poder de *lobby* político também aumenta consideravelmente. Por outro lado, os sindicatos e atores políticos, que agem no eixo de conflito capital/trabalho, estão tão fracos quanto nunca na história do pós-guerra. Emergem, então, sociedades de classes desmobilizadas. Lutas e conflitos no eixo das classes, crescentemente existentes na Alemanha (assim como antes) (Schmalz & Schneidmesser, 2019), não são suficientes para se imporem enquanto medidas redistributivas sistemicamente estabilizadoras.

ii. A centralidade do conflito ecológico da sociedade: paralelamente ao fortalecimento da desigualdade social, a globalização provou ser um catalisador e um acelerador de grandes perigos ambientais. Dentro de economias de mercado capitalistas e sob as condições da globalização, o paradoxo da expansão se torna o paradoxo *Lauderdale* (Foster *et alii*, 2011: 54). Isso significa: o tratamento do metabolismo sociedade-natureza destruído ocorre dentro do enquadramento da expansão de mercado capitalista. Natureza e clima devem ser preservados por meio do estabelecimento de direitos de propriedade. Entretanto, o patrimônio privado em solo e tesouros naturais pode apenas ser estendido devido à destruição do bem público. Desta maneira, é produzida a falta que, como água, solo e ar limpo, era anteriormente disponível abundantemente como bem comum. É exatamente com o auxílio deste mecanismo social que a mudança climática é tratada no capitalismo. A biosfera, antes bem comum, torna-se precificada, direitos de emissão se tornam bens negociáveis e a mudança climática se prova, no melhor dos casos, como campo de investimentos lucrativo. Em todo caso, isso é sugerido pelas teorias afinadas com o mercado, cuja prática comumente se aproxima da tentativa de “pregar o pudim na parede”. A negociação de emissões e impostos ambientais não mudou o fato de que a dependência do crescimento econômico de emissões danosas ao meio ambiente e do consumo de energia atingiram níveis recordes. As emissões poluentes retrocederam, antes da pandemia do coronavírus, consideravelmente no ano de crise de 2009; o motivo decisivo foi a queda do crescimento econômico e, sobretudo, da produção industrial; o último declínio de consumo de energia ocorreu na década de 1980.

O mundo não se aproxima de um cenário de aquecimento da Terra em torno de 1,5 graus, como o conselho climático mundial (IPCC, 2018) sustentou ser possível; segundo indicações das tendências do presente, é mais plausível que o aquecimento da Terra oscile em torno de

GRÁFICO 4
CRESCIMENTO DO PIB, EMISSÕES DE CO₂
E CONSUMO DE ENERGIA NO MUNDO



Fonte: Banco Mundial, 2018 <<https://databank.worldbank.org/home.aspx>>.

quatro ou cinco graus. A mudança climática já contribui no presente para o derretimento das geleiras, para a escassez de água potável, o recrudescimento da fome, da pobreza e da imigração de refugiados. Num futuro próximo, ela poderia sair completamente de controle. O pesquisador climático Hans-Joachim Schellnhuber descreve insistentemente estes desdobramentos negativos como “autoimolação” (Schellnhuber, 2015).

Agora, nem as simulações virtuais mais embasadas podem ser confundidas com a antecipação do futuro social real. Em razão das grandes incertezas e contínuas lacunas de conhecimento, os riscos ambientais são, em grande medida, dependentes de definição e, por conseguinte, objeto de lutas por definição e prescrição de perigos. A teoria da modernização reflexiva afirmou justamente isso. Ao contrário do que Ulrich Beck (1986: 27) suspeitou, o conflito da transformação social ecológica não se alimenta de duas lógicas (com tendências intrínsecas) que sobrepõem crescentemente o “problema das barrigas gordas” (lógica da redistribuição da riqueza) a perigos ambientais globais, vindo então a se tornar reprimidos (lógica da distribuição do risco). Conflitos distributivos relativos à classe e conflitos sociais ecológicos não se deixam reduzir um ao outro, pois estão, em grande medida, entrelaçados.

Assim Chancel e Piketty (2015) mostraram impressionantemente que 10% da população mundial em posse de maior renda (700 milhões a sete bilhões de dólares) são responsáveis por 45% das emissões, enquanto os 50% inferiores são responsáveis por apenas 13% das emissões. Segundo dados mais recentes, os 10% mais ricos da população causam, com seus estilos de vida luxuosos, 49% das emissões, enquanto os 50% mais pobres são atualmente responsáveis por 10%. A proporção da população mais rica nas emissões aumenta desproporcionalmente, já nas partes mais pobres da população, as emissões se retraem. Os 10% com maior renda e com as emissões mais altas vivem em todos os continentes, 30% deles nos países em desenvolvimento. O acréscimo nas emissões de CO₂ é causado crescentemente pela da desigualdade de renda no interior dos Estados. Em 1998, estas desigualdades esclareciam algo em torno de 30% das emissões globais; em 2013, elas já eram responsáveis por 50%.

O 1% mais rico nos Estados Unidos, Luxemburgo, Singapura e Arábia Saudita produz anualmente 200 toneladas de CO₂ *per capita* e, com isso, duas mil vezes mais do que os mais pobres em Honduras, Ruanda e Malauí. Assim sendo, a mudança climática e a desigualdade social estão relacionadas uma a outra. O mesmo é válido para o consumo de recursos. O rastro ambiental deixado por alguém do grupo 1% mais rico da população mundial supera o de uma pessoa dos 10% mais pobres em 175 vezes. A contenção da mudança climática e a renúncia do consumo extensivo e exaustivo de recursos não é possível de ser realizada sem a redistribuição material dos ricos para os países pobres, e dos privilegiados para as frações de classe mais vulneráveis.

As sociedades ricas do Norte Global são, em suma, postas sob pressão pelos conflitos que irrompem na questão social e ecológica. O conhecimento de que uma “abertura’ de todas as economias nacionais aos modos de produção e consumo das sociedades industriais mais fortes e desenvolvidas [...] faria o planeta inabitável” (McCarthy, 2015: 375) pertence ao “paradoxo da globalização”. Deste modo, os objetivos da sustentabilidade são a futura prova decisiva, à qual as possíveis saídas da crise bifurcada terão de se sujeitar. Para este teste decisivo, há dois critérios simples. Primeiro: se o rastro ambiental for reduzido, as emissões também caem? Segundo: a qualidade de vida aumenta para todos livremente e se torna universalmente acessível, assim como para as gerações futuras? Deve ser possível mensurar isto sustentavelmente? (Grober, 2013: 269).

De tensões entre a sustentabilidade social e ecológica alimentam-se conflitos políticos de objetivos, os quais há muito tempo já atingiram ramos-chave da indústria nacional e provocaram a elaboração de novos modelos econômicos. Primeiramente, mesmo que a Alemanha seja pioneira na conversão de energias renováveis, as emissões de carbono ambientalmente danosas aumentaram novamente no país¹³. O principal causador, ao lado do setor energético, da emissão de prédios e da agricultura, é o transporte. Enquanto setor inserido na economia, o transporte de veículos há muito tempo não contribui para redução das emissões. As emissões da frota de automóveis aumentam. Metas obrigatórias de descarbonização zelam pela pressão por mudança. Na nova constelação política mundial, a qual trouxe a globalização em seu bojo, as repulsões ecológicas do setor automobilístico se tornam objeto de rivalidades imperiais. Proibições planejadas para motores à combustão nos países de economia forte (Inglaterra e França) e a conversão acelerada para a mobilidade elétrica no importante mercado em expansão da China – juntamente com a digitalização e a política comercial protecionista – conduzem a uma reconstrução dramática do sistema de criação de valor automobilístico. A transformação da indústria automobilística e de transporte funciona, desde seu início, fundamentalmente em detrimento de seus empregados. Em meio aos empregados e em parte dos conselhos de empresas, esta inércia é compreensivelmente libertada. Quanto mais próximo chegamos do pessoal atingido, mais altas são as vozes que falam de histeria ambiental, que querem eufemizar a velocidade da mudança e retaliar a estipulação de metas ecológicas, com o apontamento para aquilo que é tecnologicamente viável. Assim como é o caso em rupturas bruscas de estrutura, os interesses por segurança dos empregados tendem à conservação da ordem existente.

Contudo, isto é apenas um lado da moeda. Tendo como referência as metas de sustentabilidade, a conversão para a eletromobilidade é completamente insuficiente para combater efetivamente a mudança climática. Mudanças radicais são necessárias, assim como novos sistemas de mobilidade. Trata-se de uma paulatina renúncia aos automóveis privados e à ampliação do transporte público de curta e longa distância; trata-se de uma completa ruptura com as antigas e hegemônicas concepções de transporte. Sem o retorno ao bem público como, por exemplo, no transporte ferroviário, sem o financiamento simultaneamente público e justo da mobilidade, a transição para o transpor-

13. O ano de 2018 foi uma surpreendente exceção. Um “verão de estiagem” possibilitou a economia em aquecimento e aumentou o preço da gasolina por conta do baixo nível de água dos rios e, por consequência, os custos de transposição foram aumentados, o que induziu ao baixo consumo.

te sustentável não acontecerá. Com atenção voltada para a indústria automobilística e de transportes, mesmo os defensores da economia não falam mais em transformação, mas em conversão, sobre produtos alternativos e produções alternativas, modos de trabalho e produção. O que parece ser ecologicamente imperativo desencadeia medos e reações defensivas em muitos que se confrontam com a nova insegurança. Assim, o eixo do conflito ecológico ameaça a se autonomizar em relação ao eixo do conflito social (Bose *et alii*, 2019).

6. A crise da pandemia de coronavírus: um solavanco externo

A pandemia do coronavírus e seus desdobramentos podem fortalecer esta tendência. É preciso distinguir entre a mutação natural do vírus, a doença Covid-19, enquanto catástrofe médica, assim como a crise econômica como desdobramento. Os vírus são os menores microrganismos conhecidos, eles podem infectar formas de vida celulares para sobreviver (Wolfe, 2020: 32). O perigo dos vírus para a humanidade depende, ao lado de seu potencial de letalidade, sobretudo de sua capacidade de disseminação. Doenças epidêmicas não são crises, mas “solavancos externos”. Trata-se de catástrofes médicas que, como parte da mutação do vírus, originalmente emergem fora de mecanismos funcionais sociais. Tão logo os vírus infectem as células humanas e causem doenças, eles se tornam problemas sociais. As doenças virais se espalham na “teia da vida” (“*web of life*”) (Moore, 2015: 1); o vírus exógeno torna-se endógeno. A sociedade então se reproduz com o adoecimento viral e através da pandemia durante toda a sua extensão.

6.1 Covid-19: *uma repulsão da hiperglobalização*

Com doenças epidêmicas esbarramos em todas as formações sociais; elas não são específicas ao fenômeno capitalista. Doenças como Covid-19 explicitam ordens sociobiológicas de longa duração. Um conhecido e histórico modelo de lidar com doenças epidêmicas segue um ditado toscano: “Não há melhor remédio para a malária do que uma caçarola cheia” (Braudel, 1985: 78). As vítimas de doenças epidêmicas são, sobretudo, aquelas que, em consequência da pobreza e da fome, são especialmente vulneráveis. Há outro modelo relacionado a este que consiste na erosão da solidariedade: “tão logo se anuncia a epidemia, os ricos partem para suas propriedades rurais sem pensar muito; cada um pensa apenas em si: esta doença faz de nós mais cruéis do que cães” cita Fernand Braudel (1985: 83) uma testemunha do tempo. Crueldade requer a procura de bodes expiatórios. A caça às bruxas

no feudalismo tardio, que se sucedeu à peste negra e serviu à opressão violenta de movimentos heréticos, é um exemplo marcante (Federici, 2015). Ambos os modelos de enfrentamento mencionados existiram durante anos a fio. Seu compromisso social fez encolher tais ordens sociobiológicas adotadas, quando a medicina e a política de saúde estatal passaram a conter as epidemias em torno do final do século XVIII e no decorrer do século XIX. O preço consistiu em contínuas tensões entre, de um lado, a bem sucedida política de higiene e, de outro, a fácil transmissão de patogenicias, que também continuavam no século XX. Em 1918 morreram mais pessoas em consequência de uma onda de gripe, do que em toda a Primeira Guerra. Tendo isto como referencial, a pandemia de Corona é um ponto de virada, mas não é um evento singularmente secular.

Uma especificidade da doença Covid-19, em contraste com as pandemias do passado, consiste no seu modo de se tornar socialmente endógena. Partindo de sua origem natural na mutação viral, a pandemia de corona pode ser perfeitamente compreendida como uma repulsão da globalização intensificada. Um ciclo da *Landnahme*, que vem a fabricar entrelaçamentos entre antigos e novos centros capitalistas a partir de relações de mercado expansionistas, desgasta crescentemente seus próprios pressupostos sociais, revertendo propriamente a globalização em sua própria dimensão. Uma vez tornada endógena, a Covid-19 corresponde precisamente a este modelo – uma doença infectocontagiosa zoonótica, que pode ser transferível de animais para seres humanos. Que este tipo de doenças, no começo do século XXI, possa se tornar uma ameaça global se relaciona intimamente com o aumento das viagens em escala mundial, com a extensão do comércio mundial, com o encolhimento crescente do espaço vital para animais selvagens, com contatos mais limitados entre animais e seres humanos, com o manejo em massa disseminado de animais, bem como com a mudança climática e com a migração das espécies, provocada pela própria mudança climática. Resistências, que dificultam o tratamento de doenças virais, se juntam a isso. Social e geograficamente, regiões com clima quente e úmido beneficiam a mutação natural do vírus. Neste sentido, não é um acaso o Covid-19 ter primeiramente aparecido numa cidade como Wuhan, tendo sido o ponto de partida para a epidemia mundial. Limitar tal doença à sua região original está, em tempos de globalização intensificada, praticamente fora de questão. As partes da terra e seus centros econômicos estão tão intimamente conectados, apesar de toda diferença de fuso horário, que uma rápida disseminação da patogenicia é inevitável. Isto também se deve ao fato de a globalização intensificada ter aumentado as zonas de vulnerabilidade social.

Com a vulnerabilidade social também aumentam os riscos sanitários. Há igualmente nisso a participação determinante da indústria de alimentos global. A fabricação in-

dustrial de produtos agrícolas preconiza o plantio de grande porte, coloca os pequenos produtores sob pressão e os coage a desempenhar predominantemente o trabalho assalariado precário, consolidando a dominância de grandes corporações de biotecnologia no mercado. Especialmente as circunstâncias encontradas na indústria global de carnes, com a utilização do manejo em massa, condições de trabalho insalubres e a contratação de trabalhadores temporários altamente precários que, em parte, habitam bairros miseráveis, alojam grandes riscos sanitários. Justamente porque a mercantilização movida pelo lucro não hesita frente a sementes, plantas, água e, mesmo diante de genes, estendem-se as fontes de perigo. Um turismo global em expansão que aumenta a frequência de contato entre diferentes partes da terra zela para que as patogenias possam se alastrar para todas as regiões do mundo.

6.2 A pandemia como reforçadora da desigualdade e provocadora da erosão da solidariedade

É possível observar exatamente isso no caso da pandemia de coronavírus. Também velhos modelos de lidar com epidemias se fazem observáveis em outras formas. A Covid-19 golpeia com mais veemência onde, em sentido figurativo, falta uma tigela cheia de sopa. Já que nunca houve a estagnação da economia, a gestão da crise se efetivou, desde o primeiro dia, como um reforçador da desigualdade. Se, por um lado, muitos empregados de escritórios puderam mudar para o *home office*, de outro, muitos que permaneceram economicamente ativos tiveram que frequentemente ir à fábrica, mesmo quando lá faltaram as medidas de segurança elementares. O trabalho encurtado¹⁴ está profundamente relacionado a perdas de renda consideráveis dos atingidos. Apenas 54% dos empregados em empresas com contratos estabelecidos em convenção coletiva e apenas 31% dos trabalhadores em empresas sem tais contratos recebem o auxílio ampliado de trabalho encurtado (HBS, 2020: 1). Quem trabalha por baixos salários tem problemas para sustentar suas despesas correntes. Oitenta e dois por cento dos entrevistados, com rendas líquidas por domicílio abaixo de € 1.500, se preocupam com o futuro da economia (HBS, 2020: 2). Autônomos, cujos negócios foram paralisados, padecem do mesmo destino. A transição para a comunicação digital também é outro reforçador da desigualdade. Nas escolas, aqueles que carecem de pessoas de referência, assistência e contatos pessoais são prejudicados. A pandemia também age como reforçador da desigualdade em ambientes sociais aparentemente privilegiados. Uma vez que o trabalho temporário (“bico”) está perdido, os estudos estão sob ameaça. O *home office* e a comunicação digital também estendem, apesar de algumas comodidades, o acesso à esfera privada. Quando escolas e creches estão fechadas ou permanecem com funcionamento parcial, a assistência à infância se torna um problema de difícil resolução.

14. Trata-se de uma modalidade laboral de jornada reduzida. Muitos recebem auxílios como complementação financeira. Tal benefício (*Kurzarbeitgeld*) mantém até 60% do salário (nota do tradutor).

Tudo isso ocorre em países ricos que, como a Alemanha, ainda dispõem, em alguma medida, de um sistema de proteção social. Onde a rede do Estado de bem-estar social opera rudimentarmente ou simplesmente não está disponível, as consequências da pandemia e das recessões serão sentidas mais fortemente de maneira desigual. Com a transferência do centro geográfico da pandemia para os Estados Unidos e parte do Sul Global, realiza-se, simultaneamente, um deslocamento do ponto de tensão social. Classificada à primeira vista como enfermidade de ricos, a Covid-19 atinge cada vez mais as zonas miseráveis do mundo. Enquanto subcontinente, a América Latina oferece uma aula ilustrativa. Ao tomar o exemplo de Guayaquil, cidade portuária do Equador, o filósofo Paul B. Preciado descreveu impressionantemente o que ocorre em muitos epicentros de corona:

É uma cidade segregada, a pobreza é visível por todo lado, onde a contradição entre centro e periferia é visibilíssima. Há muitas pessoas desabrigadas [...], elas dormem nas ruas do centro da cidade, pessoas que provêm da Venezuela, mas também da própria cidade de Guayaquil, prostitutas ou jovens consumidores de drogas. O sistema de saúde já estava anteriormente colapsado. O vírus intensificou os problemas que já existiam antes (Ruano, 2020).

Em muitos países de subcontinentes, as relações de trabalho precárias cuidam para que uma alimentação ruim, moradias apertadas e serviços médicos deficientes contribuam para um rápido alastramento do vírus. Uma gestão da crise negligente age como acelerador. Mesmo na Argentina, um país relativamente desenvolvido, há um temor fundamentado de que mais pessoas morram com as implicações do *lockdown* do que na pandemia. Para muitos, a Covid-19 significa decadência social, perda de moradia e fome (Blecha, 2020). Algo semelhante ocorre no Chile, Brasil, Peru e em outros países latino-americanos. Imigrantes que perderam sua fonte de renda nas cidades e que, em decorrência do sistema de transporte interrompido, voltam para casa a pé, estão entregues desprotegidos à epidemia. Populações indígenas que, como na Bolívia, foram excluídas do provimento de alimentos e produtos de necessidades básicas, estão de igual modo existencialmente ameaçadas (Clacso, 2020a; 2020b). Padrões gerais semelhantes podem ser observados em inúmeros países do Sul Global. Não importando se trabalhadores migrantes chineses ou indianos, favelas brasileiras ou municípios sul-africanos – coloca-se sempre a questão sobre se os riscos médicos adicionais afinal justificam um *lockdown* prolongado, bem como suas consequências catastróficas (Cepal, 2020).

Nas zonas miseráveis tanto do Norte como do Sul confirma-se o que sempre valeu para pandemias. A desigualdade aumenta prejudicando todos aqueles aos quais imediatamente poderia faltar uma tigela cheia de sopa. Por causa disso, é impro-

15. Vale recordar que no imaginário coletivo estadunidense, o termo *community* (comunidade) supera uma localidade específica, pois ela se refere antes de tudo a um tipo de pertencimento.

vável que a primazia da saúde sobre os interesses econômicos se preserve duradouramente. Em contrapartida, a desigualdade aumenta o perigo de erosão da solidariedade. Donald Trump e seu governo mostram como esse comportamento, a fim de garantir o poder, incita tal situação. Nos Estados Unidos, formou-se durante anos a fio uma subclasse etnicamente fragmentada, cujos membros vivenciam o Estado apenas como instância repressiva. A formação da subclasse ocorre através da criminalização (Wacquant, 2009). Nos últimos 40 anos, o número de presos quintuplicou. Neste contexto, trata-se, predominantemente, de pobres que vivem na comunidade negra¹⁵. Um entre nove jovens negros está preso; perto de 60% daqueles que não completaram o ensino médio e estão na casa dos 30 anos encontram-se atrás das grades (Goffman, 2015: 11). Dado que as regras de distanciamento nos ambientes das classes subalternas são difíceis de serem cumpridas, o número de infectados e mortos nestes lugares é consideravelmente acima da média.

O presidente dos Estados Unidos se vale disso em sua gestão da crise. Tão logo se torna claro que a epidemia se propaga com sucesso, sobretudo, entre as pessoas de cor (*people of colour*), pobres e desprotegidos, Trump decide retomar rapidamente a economia. Esta política de classes vinda de cima juntamente com suas conotações racistas é a causa para os protestos em massa que vieram a ocorrer em todas as grandes cidades americanas após a morte de George Floyd. Em Portland, o presidente americano reage contra os votos dos governadores e governos municipais com a mobilização das tropas especiais. No Brasil, o governo Bolsonaro, que não se alarma com o número de óbitos por coronavírus, permanece fiel à mentira da “gripezinha” e procede a partir de um modelo similar. Lá também surgem conflitos violentos entre apoiadores e opositores do governo. Assim como antes, torcidas organizadas ajeitam o protesto (Braga, 2017; Ganter, 2020).

Decerto, Trump e Bolsonaro não incorporam mais apenas a tendência a democracias bonapartistas, mas um bonapartismo imposto. Eles são os novos Bonapartes. Contudo, seus governos perdem, pois da perspectiva dos contramovimentos, a comparação com a brutalidade dos cães (Ferdinand Braudel) não é mero fato isolado. A gestão da crise dos Estados da Europa continental segue – apesar das democracias não liberais da Polônia e da Hungria – reconhecidamente outras preferências. Em outro nível visivelmente distinto, a erosão da solidariedade também pode ser percebida. Posto que primeiramente os auxílios emergenciais apenas foram introduzidos em plano nacional, a castigada Itália sentiu-se especialmente deixada em apuros pela Europa durante a pandemia. Na população italiana, feridas se faziam claras, cujas causas remontam à crise de 2007-2009. Naquele período, a política de austeridade no Sul europeu levou a profundos cortes no sistema de saúde. Na Lombardia, que no início era o epicentro europeu da epidemia, foram levadas a

cabo privatizações especialmente radicais no setor da saúde por parte do *premier* Salvini, do partido Lega. Dos 5.060 leitos intensivos anunciados, o favorecido setor privado não ofertava nem mesmo 8%. Este é um dos motivos para as altas taxas de mortos e para a triagem de médicos, os quais tiveram que decidir quais casos emergenciais eles entregariam à morte inevitável (cf. Böhme-Kuby, 2020).

6.3 *Retração via desastre*

Sustentemos: os antigos modelos de administração de epidemias ainda deixam suas marcas no presente. A capacidade de resistência da sociedade em relação à pandemia depende decisivamente de sistemas de saúde, da disponibilidade, durante a pandemia, de redes sociais resistentes à crise, da proteção do Estado de bem-estar social e da força financeira de Estados nacionais. Assim como sob uma lente de aumento, a doença faz todas aquelas vulnerabilidades e desigualdades visíveis, (re) produzidas desde muito nas modernas sociedades capitalistas. Privatizações e a sangria financeira do sistema de saúde enfraqueceram adicionalmente a resiliência coletiva de tal modo que a Covid-19 pode se tornar uma ameaça séria à globalização econômica. Naturalmente, descobrem-se, assim como em toda crise, inúmeros exemplos para a ação solidária e de sentido compartilhado. Na quarentena, aqueles que estão em suas casas se veem amparados pela vizinhança. Por vezes, os mais velhos conseguem parcamente se salvar com ofertas de ajuda. Universidades encaminham auxílios emergenciais para alunos, sindicatos e conselhos de empresas cuidam para que haja uma melhor proteção médica e as regras de distanciamento social não conseguem evitar os protestos em massa contra o racismo, a violência policial e a crescente desigualdade social. No entanto, será isso suficiente para colocar a revolução da sustentabilidade sobre os trilhos, pela qual a crise por trás da pandemia tão urgentemente anseia?

Dúvidas são postas na mesa. Assim como o *crash* de 2009 a quarentena e a crise econômica agem, no melhor dos casos, como retração via desastre (Victor, 2008). De fato, a mobilidade limitada e o colapso momentâneo da indústria reduziram as emissões de carbono a níveis que há séculos não se registravam (IEA, 2020). Contudo, com a reanimação da economia, as emissões aumentam mais rapidamente do que o esperado. Mesmo que as emissões de CO₂, como esperado para 2020, permanecessem em menos de 8%, o efeito geral seria fraco. A mudança climática provocada pela humanidade prosseguiu quase que sem freios. Duros conflitos por distribuição, como aqueles, em todas as sociedades, em consequência do alto endividamento seguido por queda nas receitas fiscais, podem reforçar tais tendências. Independentemente do curso da epidemia e da recessão subsequente, um futuro intervencionismo estatal vai ganhar corpo, como já se pôde inicialmente observar

antes da pandemia. Não importando se a reorganização de cadeias de criação de valor, criação de infraestrutura para a mobilidade elétrica e a digitalização ou previdência diante de novos riscos médicos – o Estado irá intervir. Do contrário, derrotas se mostram ameaçadoras na rivalidade imperial. Contudo, o intervencionismo estatal por si só não é garantia de progresso quando o assunto é sustentabilidade social e ecológica. Evidentemente, no capitalismo, o Estado não é apenas uma comissão das classes dominantes; ele não é um ator homogêneo, mas uma relação social que pode expressar-se sob formas estatais diversas (Poulantzas, 2002). Dito com Pierre Bourdieu (2014: 19), o Estado incorpora “o monopólio da violência simbólica legítima”. Às suas funções mais gerais pertence “a produção e a canonização de classificações sociais” (Bourdieu, 2014: 29). Na medida em que as atividades estatais auxiliam a compromissar referências classificatórias, elas influenciam, a cada instante, todos os subsistemas sociais. Se a ação do Estado traz consigo vantagens para a coordenação do mercado, ela depende essencialmente de como ele se comporta em relação à formação da vontade democrática.

Desta maneira, é leviano celebrar o Estado de exceção como prova da possibilidade de transformação do mundo. Este Estado reage a uma catástrofe médica e, com crescente capacidade de controle da pandemia, ele perde qualquer legitimidade. Caso a pandemia perdure por mais tempo, as exigências de distanciamento social se tornarão um grande fardo para a grande maioria da população, pois elas resultam na interrupção dos laços de socialização e de comunidade. Tudo o que é prescrito ao Estado de exceção como positivo – desaceleração do cotidiano, renúncia ao consumo, ao uso do transporte e tempo para cuidado de si – apenas será mantido, após o enfraquecimento da pandemia, sobre base voluntária. O visível desejo da reconstrução de uma normalidade pré-corona nos deixa, porém, o pressentimento do quão pouco realista é este tipo de expectativa. Esperanças de um efeito terapêutico da pandemia também são, por isso, desapontadas, porquanto o Estado interventor, subordinado aos interesses econômicos, reage diretamente contra o encolhimento na atividade econômica. A legitimidade de programas de reconstrução financiados por crédito se deixa avaliar em função do sucesso do crescimento. Neste aspecto, o Estado na epidemia de coronavírus é um híbrido. O Estado subordinado aos interesses econômicos deve lidar com as circunstâncias legadas por seu inverso especular – o Estado de exceção.

As atividades econômicas do Estado seguem o mesmo método que já havia prevalecido durante o *crash* financeiro global. A crise financeira de então explicitou que

nós vivemos em uma era não da contenção estatal, mas na do grande governo, em uma era [...] de um intervencionismo, que

em sua lógica antes se assemelha a operações militares e a ajuda emergencial médica do que ao trabalho constitucional do governo (Tooze, 2018: 19).

Durante a pandemia do coronavírus, o Estado continua esta tendência. Surpreendentemente, pois, ao contrário das expectativas disseminadas, pacotes de auxílio muito mais volumosos são passíveis de serem politicamente impostos do que durante o *crash* financeiro. No entanto, nem mesmo os bilhões de dólares, que devem servir à reconstrução da economia mundial, garantem de fato o sucesso da virada à sustentabilidade. Dinheiro está disponível em abundância, mas falta imaginação social aos atores, bem como falta *know how* no tocante à política industrial e de serviços. Assim sendo, há o risco de que bilhões sejam gastos sem que uma virada em direção à sustentabilidade seja levada adiante.

7. Para uma sociologia pública da sustentabilidade

Vamos resumir: o mundo e, sobretudo, os países que primeiramente se industrializaram passam por uma época de crise bifurcada. Se a superação desta crise é em si difícil, a Covid-19 exige um empurrão adicional ao esforço pela sustentabilidade. De fato, durante a pandemia, o Estado supera o interregno político do período entre crises. Com isso, o evento desloca-se cada vez mais fortemente do eixo de conflito ecológico ao eixo socioeconômico. Falta uma alternativa convincente à ordem dominante, o que há uma boa década atrás não era perceptível. Uma virada climática (*climate turn*) de atores preocupados com o trabalho, assim como uma virada trabalhista (*labor turn*) nos movimentos ecológicos, como pressuposto de coalizões pela sustentabilidade, tornaram-se adicionalmente dificultadas pela pandemia e seus desdobramentos. Tais iniciativas poderiam ser efetivas em conflitos pela transformação socioecológica da sociedade civil.

Será que a sociologia pode fazer mais do que simplesmente observar tais tendências e eventualmente comentá-las? Primeiramente: uma sociologia pública, como eu a represento, em referência a Michael Burawoy, e ao diálogo global por ele iniciado (Aulenbacher *et alii*, 2017), nunca foi pensada como objetivo para a disciplina como um todo. Ao contrário do que os críticos esporadicamente pensam (Neidhardt, 2017), a sociologia pública não segue direção política alguma. Ela está comprometida com as exigências de neutralidade da pesquisa empírica assim como toda ciência social. Enquanto ciência, ela deve evitar a todo custo “a produção de dinheiro falso”. Ralf Dahrendorf (1957) alertou sobre a constante pressão da esfera pública “credora” sobre “devedores” científicos à pronta entrega. Deste modo, a

sociologia pública deve, da mesma maneira que a ciência como um todo, evitar expressamente tal falsificação. Afinidades eletivas com um marxismo sociológico no espaço de língua alemã são quase desconhecidas (cf. Burawoy, 2003); apesar de eu achá-lo atrativo, muitos sustentam, em contraste, que ele é arriscado. Parte disso se deve ao fato (que a mim aparenta menos espetacular) de que o Estado repousa “sempre sobre poder” e pode eventual e temporariamente “impor violentamente” (Nassehi, 2020) seus objetivos a todos os subsistemas. Um Estado que, apesar de suas indubitáveis e complexas manifestações de crise, intervém em subsistemas distintos, além de ser, para partes consideráveis da população mundial, uma realidade cotidiana.

Também quando não se partilha do distanciamento de Michael Burawoy com relação ao Estado, a influência da sociedade civil em decisões de importância vital ainda permanece uma medida de emancipação. Os objetivos sustentáveis de desenvolvimento (OSDs), com os quais os Estados estão compromissados, podem servir como medida, com auxílio dos quais pontos de decisão política podem ser avaliados a partir de uma “posição externa complexa” (Boltanski, 2010: 26). Desta posição, uma sociologia da sustentabilidade pode participar na procura de saídas da crise bifurcada, tornada ainda mais complexa em função da Covid-19. Certamente, tal empreendimento se assemelha à quadratura do círculo. De um lado, o tempo pressiona, porquanto mudanças também serão impostas do alto, com auxílio das elites capitalistas reformistas e dos mecanismos de mercado; de outro, o mero tratamento de sintomas não é suficiente para vencer convincentemente a doença da crise bifurcada. Ao tomar consciência deste dilema, a sociologia pública pode certamente operar com sua “utopística experimental” (Wallerstein, 2002). Ao dispor das OSDs, a sociologia pública pode esclarecer quais transformações se preservam e quais acabam em ruas sem saída. Alguns campos de pesquisa aplicam-se formalmente à utopística experimental.

A este campo pertence inicialmente a prevenção de epidemias. Até então medidas de higiene são primeiramente postas em prática quando a doença aparece. Em vez disso, um pequeno grupo de virologistas estimulou o desenvolvimento de um sistema global de diagnóstico prematuro, que não permite o surgimento de pandemias. Tal sistema seria, e este é seu calcanhar de Aquiles, muito caro (Wolfe, 2020: 273). Para funcionar, ele deveria ser construído com cobertura mundial, vindo a mudar dramaticamente as prioridades do orçamento governamental. Investimentos em grandes programas de armamentos se financiariam parcamente. Com isso, a prevenção de epidemias resultaria em profundas transformações sociais. Se e como tal sistema poderia ser realizado enquanto bem público, é uma indagação sociológica.

Sua resposta abre igualmente um campo posterior. Por si, sistemas de saúde resistentes a crises não se deixam financiar com os instrumentos da economia de mercado. O mesmo vale para propostas que visam combater a mudança climática com instrumentos conformados ao mercado, como a precificação do CO₂. Países como a Suíça, que já introduziram impostos de emissão juntamente com alguns componentes de redistribuição, mostram que algo semelhante para uma virada em direção à sustentabilidade não basta. Sob condições da economia de mercado capitalista, alíquotas CO₂ individuais negociáveis (Weizsäcker, 2020: 87) não oferecem garantia de sustentabilidade. Então elas, assim como tentativas anteriores de comercialização de emissões, abririam as portas para apostas altamente especulativas sobre o futuro e então efetivariam o oposto da sustentabilidade. Com o fracasso do mercado diante dos olhos, indagamos à sociologia pública como a transição para uma produção prudente com recursos, fraca em carbono e com bens duráveis, poderia ser realizada. Produção de qualidade e sustentável significa consumir menos, porém, bens de alto valor. Pontos de transição correspondentes não podem ser imaginados sem a ruptura com os processos de produção, os quais foram primeiramente concebidos pela relação entre mercados e consumidores. A transição para a produção de qualidade sustentável poderá apenas ser bem sucedida quando seus produtos puderem ser, apesar dos preços mais altos, consumidos por pessoas nas faixas de renda mais baixas. Ela também não ocorrerá sem a redistribuição democrática em benefício daqueles com renda e patrimônio menores.

Tendo em vista a revolução da sustentabilidade, a redistribuição material também não é suficiente, caso ela não seja acompanhada pelo encurtamento da jornada de trabalho. Já agora, conflitos a respeito da transformação se intensificam, sobretudo no que concerne à distribuição desigual de poder decisório sobre investimentos e à matéria constitutiva da produção de bens. Nos movimentos ecológicos e em federações, avolumam-se vozes que anseiam transformações em prol de economias sustentáveis orientadas ao bem comum. Temas como o de uma democracia subjugada aos interesses econômicos que, em controvérsias antigas ainda eram percebidos como supérfluos (cf. Dörre *et alii*, 2009: 301), atualmente também ganham ressonância no espectro econômico (Herzog & Kuch, 2020), posto que anteriormente intervenções deste calibre teriam sido criticadas como regressão à desdiferenciação (*Entdifferenzierung*) pré-moderna. Mesmo que utopias socioecológicas também fracassem de formas diferentes (cf. Görgen & Wendt, 2020), todas elas unificam o pensamento de que uma sociedade sustentável não se fundamenta primariamente na concorrência, na motivação pelo lucro e na posse capitalista.

Com isso, o puro apelo às elites capitalistas para a reinvenção da modernidade dará poucos frutos. Por vezes, parece que muitas críticas em teoria social se contentam,

sobretudo, em superar o capitalismo intelectualmente. Deste modo, intelectualmente vencida e posta em dúvida enquanto “força do destino”, a realidade capitalista obstinada é culpada, quando ela não encontra suas especificações críticas. Uma sociologia pública da sustentabilidade deveria se comportar de maneira crítica e construtiva em relação ao renascimento da nova ideologia alemã, que preferencialmente faz um apelo ao “espírito de Davos” (empenhado na reforma). Seu objetivo pode apenas se consolidar como o excesso visionário do “Build Back Better” (reconstruir melhor) e, de fato, também quando a quarentena for mal interpretada, como oportunidade bem-vinda para o recolhimento interior e libertação de pressão por aceleração.

Marx necessitou empreender análises empíricas sobre “a situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (Engels, 1972), para poder superar o idealismo dos jovens hegelianos. Relatos empiricamente fundamentados sobre a situação das classes dominadas são, durante e após a pandemia do coronavírus, igualmente essenciais para uma utopística sociológica e experimental. Com isso, aborda-se aquilo que a sociologia pública admite para si. Instituições que poderiam trazer a base do “espírito de Porto Alegre” e os reformadores do “espírito de Davos” a um contexto de trabalho conflituosamente produtivo – existem no máximo em estágio embrionário, a despeito de alguns progressos no aprendizado dos movimentos ambientais. Elas não se encontram em extensão suficiente nos partidos e tampouco em sindicatos, em aparatos estatais ou em organizações não governamentais. Deste modo, uma revolução sustentável provavelmente não se sustenta sem inovações institucionais. Conselhos de sustentabilidade e transformação¹⁶ (Atkinson, 2010; Dörre, *et alii*, 2020) que monitoram a conformidade dos objetivos ambientais poderiam preencher esta lacuna institucional.

16. Conselhos que tratam da transição para a mobilidade e o transporte com energia sustentável. Eles também cuidam das consequências econômicas atreladas a este processo (nota do tradutor).

A grandeza desta tarefa pendente diante dos olhos não autoriza o otimismo exagerado. “Sobreviva!” diz o lema que muitos se prescreveram. Por isso, seria fundamentalmente falso conferir o *status* de futuro provável ao desejável. Debates acerca de modelos de sociedade alternativos são férteis e também eram antes da pandemia. No entanto, apenas o senso de realidade, combinado com o ceticismo do entendimento, com uma clara compreensão das relações de força, para o plausível e o alcançável, pode tornar as visões sobre sociedades sustentáveis alternativas críveis. A compaixão com o destino de todos aqueles que adoeceram e faleceram de Covid-19, ou estão em apuros em função de suas consequências, é indispensável. Combinar a afeição pela experiência com a expertise científica para conferir voz àqueles que permanecem invisíveis é o mínimo que uma sociologia pública da sustentabilidade tem a desempenhar. Apesar disso, fica o resumo preliminar: a combinação entre pandemia, recessão e crise bifurcada é historicamente singular. Ela não se coloca na interpretação científica corrente das crises.

Em contraste, sua análise exige um esforço coletivo que sistematicamente transcenda o estabelecimento de fronteiras entre ciências naturais e sociais. Por isso, também o estereótipo constantemente recorrente da crise como oportunidade é, junto com a esperança nela escondida de uma “razoabilidade do tempo” (Steil, 1993: 11), particularmente oca. A ruptura nas relações entre sociedade e natureza, assim como demonstrado no conceito de antropoceno, ou melhor, no de “capitaloceno” (*Capitalocene*) (Moore, 2015: 71), manifesta duas mensagens. A humanidade pode, por meio da superação das estruturas impeditivas, tornar-se um guardião consciente da natureza, estando ao seu alcance romper relações de poder encrostadas em prol da sustentabilidade ambiental e social. Ela pode, entretanto, como assinala o ganhador do Prêmio Nobel Paul Crutzen, acabar com a era dos humanos através de um “ecocídio” (*Ökozid*)¹⁷, de um ataque nuclear ou de uma pandemia fora de controle (Crutzen, 2019: 173). Uma sociologia pública, que se concentra na possibilidade de transformação da sociedade, não estará em condições de superar a pressão por crescimento socialmente destrutiva se não questionar a coerção pela expansão do mercado e pela “acumulação de propriedade” (Arendt, 2006: 326). Caso isto não aconteça, o capitalismo expansivo se torna, no sentido explícito da palavra, um risco letal.

17. Um neologismo criado a partir da palavra suicídio.

Referências

AGLIETTA, Michel. *Ein neues Akkumulationsregime. Die Regulationstheorie auf dem Prüfstand*. Hamburg (DE): VSA, 2000.

ALVAREDO, Facundo; CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel (Orgs.). *World inequality report 2018*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2018.

ARENDR, Hannah. *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft. Antisemitismus, Imperialismus, totale Herrschaft*. München (DE): Piper, 2006. [*As origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989].

ATKINSON, Anthony B. *Ungleichheit. Was wir dagegen tun können*. Stuttgart (DE): Klett-Cotta, 2018. [*Desigualdade. O que pode ser feito?* São Paulo: LeYa, 2016].

AULENBACHER, Brigitte; BURAWOY, Michael; DÖRRE, Klaus; SITTEL, Johanna (Orgs.). *Öffentliche Soziologie: Wissenschaft im Dialog mit der Gesellschaft*. Frankfurt am Main (DE); New York: Campus, 2017.

BECK, Ulrich. *Weltrisikogesellschaft. Auf der Suche nach der verlorenen Sicherheit*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 2007. [*Sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida*. Lisboa: Edições 70, 2015].

_____. *Was ist Globalisierung? Irrtümer des Globalismus – Antworten auf Globalisierung*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 1997.

_____. Das Zeitalter der Nebenfolgen und die Politisierung der Moderne. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Orgs.). *Reflexive Modernisierung. Eine Kontroverse*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 1996.

_____. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 1986. [*Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011].

BELLOFIORE, Riccardo. General introduction. Rosa Luxemburg on capitalist dynamics, distribution and effective demand crises. In: _____ (Org.). *Rosa Luxemburg and the critique of political economy*. London: Routledge, 2009.

BLECHA, Laurin. Pragmatismus in Argentinien. *Amerika21*, 19 Jun. 2020. Nachrichten und Analysen aus Lateinamerika, Disponível em: <<https://amerika21.de/analyse/240702/corona-pragmatismus-argentinien>>. Acesso em: 1 Jul. 2020.

BÖHME-KUBY, Susanna. SOS-Italien. *Ossietzky*, v. 4, n.7, p. 202-223, 2020.

BOLTANSKI, Luc. *Soziologie und Sozialkritik. Frankfurter Adorno-Vorlesungen 2008*. Berlin: Suhrkamp, 2010.

BOSE, Sophie; DÖRRE, Klaus; KÖSTER, Jacob; LÜTTEN, John; DÖRRE, Nelson; SZAUER, Armin. Braunkohleausstieg im Lausitzer Revier – Sichtweisen von Beschäftigten. In: Rosa-Luxemburg-Stiftung (Org.). *Nach der Kohle. Alternativen für einen Strukturwandel in der Lausitz*. Berlin: Rosa-Luxemburg-Stiftung, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *Über den Staat: Vorlesungen am Collège de France; 1989-1992*. Berlin: Suhrkamp, 2014. [*Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014].

_____. *Zwei Gesichter der Arbeit. Interdependenzen von Zeit- und Wirtschaftsstrukturen am Beispiel einer Ethnologie der algerischen Übergangsgesellschaft*. Konstanz (DE): UVK, 2000.

BRAGA, Rui. *A rebeldia do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAUDEL, Fernand. *Sozialgeschichte des 15.-18. Jahrhunderts*. Band 1: Der Alltag. München (DE): Kindler, 1985.

BURAWOY, Michael. For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*, v. 31, n. 2, p. 193-261, 2003.

CASTEL, Robert. *Die Krise der Arbeit. Neue Unsicherheiten und die Zukunft des Individuums*. Hamburg (DE): Hamburger Edition, 2011.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). Evitar una crisis alimentaria frente al Covid-19: Acciones urgentes contra el hambre, 2020. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/version_final_200616_ppt_covid19-fao-cepal.pdf. Acesso em: Jul. 2020.

CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas. *Carbon and inequality: From Kyoto to Paris. Trends in the global inequality of carbon emissions (1998-2013) & prospects for an equitable adaptation fund*. Paris: Paris School of Economics, 2015. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/ChancelPiketty2015.pdf>. Acesso em: Jun. 2019.

CLACSO: Boletín #1 Boletín Izquierda: teoría y praxis Año 1, n. 1, «La pandemia, la izquierda y la transformación social», 2020a. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-1-izquierda-teoria-y-praxis/>. Acesso em: 01 Sep. 2020.

CLACSO: Boletín #2 Teoría & cambio social. La nueva América Latina. «La crisis mundial del Covid-19 (II)», 2020b. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-2-la-crisis-mundial-por-el-covid-19-ii-del-grupo-de-trabajo-teoria-social-y-realidad-latinoamericana/> Acesso em: 01 Sep. 2020.

CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE. *Global wealth report 2018*, 2018. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/media/assets/corporate/docs/about-us/research/publications/global-wealth-report-2018-en.pdf>. Acesso em: Jun. 2019.

CROUCH, Colin. *Der Kampf um die Globalisierung*. Wien: Passagen-Verlag, 2018.

CRUTZEN, Paul J. *Das Anthropozän*. München (DE): Editora Oekom, 2019.

DAHRENDORF, Ralf. *Soziale Klassen und Klassenkonflikt in der industriellen Gesellschaft*. Stuttgart (DE): Enke, 1957.

DÖRNER, Astrid; SCHÄFER, Daniel. Blackrock-CEO Larry Fink: “Der Kapitalismus ist zu weit gegangen”. *Handelsblatt*, 2019. Disponível em: <https://www.handelsblatt.com/unternehmen/management/sinnsuche-der-wirtschaft-blackrock-ceo-larry-fink-der-kapitalismus-ist-zu-weit-gegangen/24225508.html?ticket=ST-1959633-HEecVrEKbr0IE2eGGV3d-ap1>. Acesso em: Jun. 2019.

DÖRRE, Klaus. Social capitalism is a thing of the past: Competition-driven Landnahme and the metamorphosis of the German model. In: CHIOCCHETTI, Paolo; AL-LEMAND, Frédéric (Orgs.). *Competitiveness and solidarity in the European Union: Interdisciplinary perspectives*. London: Routledge, 2019.

_____. Limits to landnahme. Growth dilemma as challenge. In: DELLHEIM, Judith; WOLF, Friedrich (Orgs.). *Rosa Luxemburg: A permanent challenge for political economy*. Basingstoke (UK): Palgrave Macmillan, 2016.

_____. Die neue Landnahme. Dynamiken und Grenzen des Finanzmarktkapitalismus. In: DÖRRE, Klaus; LESSENICH, Stephan; ROSA, Hartmut (Orgs.). *Soziologie – Kapitalismus – Kritik. Eine Debatte*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 2009.

DÖRRE, Klaus; HOLZSCHUH, Madeleine; KOSTER, Jacob; SITTEL, Johanna (Orgs.). *Abschied von Kohle und Auto? Sozial-ökologische Transformationskonflikte um Energie und Mobilität*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2020.

DÖRRE, Klaus; LESSENICH, Stephan; ROSA, Hartmut (Orgs.). *Soziologie – Kapitalismus – Kritik. Eine Debatte*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 2009.

DÖRRE, Klaus; SCHICKERT, Christine (Orgs.). *Neosozialismus. Solidarität, Demokratie und Ökologie vs. Kapitalismus*. München (DE): oekom, 2019.

DREHER, Axel. Does globalization affect growth? Evidence from a new index of globalization. *Applied Economics*, v. 38, n. 10, p.1091-1110, 2006.

ENGELS, Friedrich. Die Lage der arbeitenden Klasse in England. In: *Marx-Engels-Werke (MEW) Band 2*. Berlin: Dietz, 1972. [*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010].

FEDERICI, Silvia. *Caliban und die Hexe. Frauen, der Körper und die ursprüngliche Akkumulation*. Wien: Mandelbaum, 2015. [*Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2019].

FOSTER, John B.; CLARK, Brett; YORK, Richard. *Der ökologische Bruch. Der Krieg des Kapitals gegen den Planeten*. Hamburg (DE): Laika, 2011.

FRATZSCHER, Marcel. *Verteilungskampf. Warum Deutschland immer ungleicher wird*. München (DE): Hanser, 2016.

FÜCKS, Ralf. *Intelligent wachsen. Die grüne Revolution*. München (DE): Carl Hanser Verlag, 2013.

FULCHER, James. *Kapitalismus*. Stuttgart (DE): Reclam, 2007.

GALBRAITH, James K. *Wachstum neu denken. Was die Wirtschaft aus den Krisen lernen muss*. Zürich (CH): Rotpunktverlag, 2016.

GALBRAITH, James K.; DÖRRE, Klaus. The great financial crisis and the end of normal. *Berliner Journal für Soziologie*, v. 28, n. 1-2, p. 39-54, 2018.

GALLAGHER, Kevin; KOZUL-WRIGHT, Richard. *New multilateralism for shared prosperity. Geneva principles for a global green new deal*. Genève (CH): Unctad, 2019.

GANTER, Julia. Brasilien im Katastrophenmodus. *Lateinamerika Nachrichten*, 2020. Disponível em: <<https://lateinamerika-nachrichten.de/artikel/brasilien-im-katastrophenmodus/>>. Acesso em: Set. 2020.

GIDDENS, Anthony. *Konsequenzen der Moderne*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 1995. [*As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991].

GOFFMAN, Alice. *On the run. Die Kriminalisierung der Armen in Amerika*. München (DE): Antje Kunstmann, 2015.

GORDON, Robert J. *The rise and fall of American growth. The U.S. standard of living since the Civil War*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2016.

GÖRGEN, Benjamin; WENDT, Björn (Orgs.). *Sozial-ökologische Utopien. Diesseits oder jenseits von Wachstum und Kapitalismus*. München (DE): oekom, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Gefängnishefte: Kritische Gesamtausgabe*. Hamburg (DE): Argument, 1991.

GROBER, Ulrich. *Die Entdeckung der Nachhaltigkeit. Kulturgeschichte eines Begriffs*. München (DE): Verlag Antje Kunstmann, 2013.

HARVEY, David. *The enigma of capital and the crises of capitalism*. London: Profile Books, 2010.

_____. *Kleine Geschichte des Neoliberalismus*. Zürich (CH): Rotpunktverlag, 2007.

_____. *Der neue Imperialismus*. Hamburg (DE): VSA, 2005. [O novo imperialismo. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005].

HARVEY, David; FRINGS, Christian. *Das Rätsel des Kapitals entschlüsseln. Den Kapitalismus und seine Krisen überwinden*. Hamburg (DE): VSA, 2014.

HANS-BÖCKLER-STIFTUNG (HBS). *Kurzarbeitergeld: Tarifvertragliche Aufstockung auf bis zu 97 Prozent des Nettogehaltes – Nur wenige Branchen mit Regelung*, 2020. Disponível em: <<https://www.boeckler.de/de/pressemitteilungen-2675-21966.htm>>. Acesso em: 01 Sep. 2020.

HEITMEYER, Wilhelm. *Autoritäre Versuchungen*. Berlin: Suhrkamp, 2018.

HERZOG, Lisa; KUCH, Hannes. Es ist Zeit für Wirtschaftsdemokratie. *Süddeutsche Zeitung*, 2020.

HOCK, Martin. Eine fundamentale Umwälzung der Finanzmärkte? *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 2019. Disponível em: <<https://www.faz.net/aktuell/finanzen/finanzmarkt/eine-fundamentale-umwaelzung-der-finanzmaerkte-16124832.html>>. Acesso em: Jun. 2019.

HOLST, Hajo (Org.). *Fragmentierte Belegschaften. Leiharbeit, Informalität und Soloselbständigkeit in globaler Perspektive*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2017.

HUFFSCHMID, Jörg. *Politische Ökonomie der Finanzmärkte*. Hamburg (DE): VSA, 2002.

IEA, *Global Energy Review 2020*. Paris: IEA, 2020. Disponível em: <<https://www.iea.org/reports/global-energy-review-2020>>. Acesso em: Set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *World economic outlook. Gaining momentum*. Washington: IMF Publication Services, 2017.

IPCC: *1,5 °C globale Erwärmung*, 2018. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/sr15/>>. Acesso em: Set. 2020.

JACKSON, Tim. *Wohlstand ohne Wachstum. Leben und Wirtschaften in einer endlichen Welt*. München (DE): oekom, 2011.

_____. *Prosperity without growth. Economics for a finite planet*. London: Earthscan, 2009. [*Prosperidade sem crescimento. Vida boa em um planeta finito*. São Paulo: Abril, 2013].

JESSOP, Robert. Bonapartismus ohne Bonaparte: von Thatcher über Blair zum Brexit. In: BECK, Martin & STÜTZLE, Ingo (Orgs.). *Die neuen Bonapartismen: Mit Marx den Aufstieg von Trump & Co. Verstehen*. Berlin: Dietz, 2018.

KAELBLE, Hartmut. *Mehr Reichtum, mehr Armut. Soziale Ungleichheit in Europa vom 20. Jahrhundert bis zur Gegenwart*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2017.

KOCKA, Jürgen. *Geschichte des Kapitalismus*. München (DE): Beck, 2013.

KRACH, Wolfgang. Den Mächtigen fehlen die Ideen. *Süddeutsche Zeitung*, 2019. Disponível em: <<https://www.sueddeutsche.de/wirtschaft/davos-weltwirtschaftsforum-globalisierung-ungleichheit-1.4303250>>. Acesso em: Jun. 2019.

LEHNDORFF, Steffen. Und sie bewegen sich doch – Europäische Gewerkschaften angesichts der Angriffe auf Tarifvertragssysteme. *Luxemburg: Gesellschaftsanalyse und linke Praxis*, 2019. Disponível em: <<https://www.zeitschrift-luxemburg.de/und-sie-bewegen-sich-doch-europaeische-gewerkschaften-angesichts-der-angriffe-auf-tarifvertragssysteme/>>. Acesso em: Jun. 2019.

LUDWIG, Carmen. *The politics of solidarity: Privatisation, precarious work and labour in South Africa*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2019.

LÜTHJE, Boy; LUO, Siqi; ZHANG, Hao. *Beyond the iron rice bowl. Regimes of production and industrial relations in China*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2013.

LUTZ, Burkart. *Der kurze Traum immerwährender Prosperität. Eine Neuinterpretation der industriell-kapitalistischen Entwicklung im Europa des 20. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 1984.

LUXEMBURG, Rosa. Die Akkumulation des Kapitals. Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus. In: LUXEMBURG, Rosa. *Gesammelte Werke*. Berlin: Dietz, 1975a.

_____. Einführung in die Nationalökonomie. In: LUXEMBURG, Rosa. *Gesammelte Werke*. Berlin: Dietz, 1975b.

_____. Stillstand und Fortschritt im Marxismus. In: LUXEMBURG, Rosa. *Gesammelte Werke*. Berlin: Dietz, 1975c.

MADDISON, Angus. *The world economy. A millennial perspective*. Paris: OCDE, 2006.

MARX, Karl. Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. *Band 1. Der Produktionsprozeß des Kapitals*. In: MARX & ENGELS, *Werke (MEW)*, Bd. 23. Berlin: Dietz, 1973 [1867]. [*O capital. Crítica da economia política*. v. I. Livro primeiro: o processo de produção do capital. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011].

MCCARTY, Thomas. *Rassismus, Imperialismus und die Idee menschlicher Entwicklung*. Berlin: Suhrkamp, 2015.

MEIKSINS WOOD, Ellen. *Der Ursprung des Kapitalismus. Eine Spurensuche*. Hamburg (DE): Laika, 2015.

MILANOVIC, Branko. *Haben und Nichthaben. Eine kurze Geschichte der Ungleichheit*. Stuttgart (DE): Theiss, 2017.

_____. *Die ungleiche Welt. Migration, das Eine Prozent und die Zukunft der Mittelschicht*. Berlin: Suhrkamp, 2016.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the web of life. Ecology and the accumulation of capital*. London: Verso, 2015.

MURPHY INSTITUTE. *The road less travelled. Reclaiming public transport for climate-ready mobility. Trade unions for energy democracy*. Working Paper n. 12. New York: Murphy Institute, 2019.

NASSEHI, Armin. "Es ist eine digitalisierte Selbstbeobachtung der Gesellschaft", 2020. Disponível em: <<https://www.fr.de>. <https://www.fr.de/kultur/gesellschaft/armin-nassehi-eine-digitalisierte-selbstbeobachtung-gesellschaft-13715318.html>>. Acesso em: Jul. 2020.

NEIDHARDT, Friedhelm. "Public Sociology" – Burawoy-Hype und linkes Projekt. *Berliner Journal für Soziologie*, v. 27, p. 303-317, 2017.

OSTERHAMMEL, Jürgen. *Die Verwandlung der Welt: Eine Geschichte des 19. Jahrhunderts*. München (DE): C. H. Beck, 2009.

PATEL, Ray; MOORE, Jason W. *Entwertung. Eine Geschichte der Welt in sieben billigen Dingen*. Berlin: Rowohlt, 2018.

PIKETTY, Thomas. *Capital in the twenty-first century*. Cambridge (UK): Harvard University Press, 2014. [*O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014].

POLANYI, Karl. *The Great Transformation. Politische und ökonomische Ursprünge von Gesellschaften und Wirtschaftssystemen*. Frankfurt am Main (DE): Suhrkamp, 1995. [*A grande transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011].

POULANTZAS, Nicos. *Der Staat, die Macht und der Sozialismus*. Hamburg (DE): VSA, 2002 [1978].

ROBINSON, J. Rosa Luxemburg's "accumulation of capital". In: ROBINSON, J. (Org.). *Collected economic papers*. Oxford (UK): Basil Blackwell, 1964.

RODRIK, Dani. *Das Globalisierungsparadox. Die Demokratie und die Zukunft der Weltwirtschaft*. München (DE): C.H. Beck, 2011.

ROSA, Hartmut. *Resonanz. Eine Soziologie der Weltbeziehung*. Berlin: Suhrkamp, 2016.

RUANO, Yuliana Ortiz. Das Virus hat alle Probleme verschärft. Interview mit der Poetin und Frauenrechtlerin Yuliana Ortiz Ruano aus Guayaquil. *Lateinamerika Nachrichten*, v. 551, 2020. Disponível em: <<https://lateinamerika-nachrichten.de/artikel/das-virus-hat-alle-probleme-verschaerft/>>. Acesso em: Jul. 2020.

SAITO, Kohei. *Natur gegen Kapital. Marx' Ökologie in seiner unvollendeten Kritik des Kapitalismus*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 2016.

SCHELLNHUBER, Hans Joachin. *Selbstverbrennung: Die fatale Dreiecksbeziehung zwischen Klima, Mensch und Kohlenstoff*. München (DE): C. Bertelsmann, 2015.

SCHMALZ, Stefa; SCHNEIDEMESSER, Lea. Arbeitskonflikte um Gute Arbeit: Tendenzen, Bilanz, Perspektiven. In: SCHRÖDER, Lothar; URBAN, Hans-Jürgen (Orgs.). *Gute Arbeit – Ausgabe 2019. Transformation der Arbeit – Ein Blick zurück nach vorn*. Frankfurt am Main (DE): Bund Verlag, 2018.

SCHUMPETER, Joseph. A. *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*. Berlin: Duncker & Humblot, 2006.

SOILAND, Tove. A feminist approach to primitive accumulation. In: DELLHEIM, Judith; WOLF, Friedrich (Orgs.). *Rosa Luxemburg. A permanent challenge for political economy. On the history and the present of Luxemburg's "Accumulation of capital"*. New York: Frederick A. Praeger 2016.

STEIL, Armin. *Krisensemantik. Wissenssoziologische Untersuchungen zu einem Topos moderner Zeiterfahrung*. Opladen (DE): Leske + Budrich, 1993.

THERBORN, Göran. Class in the 21st century. *New Left Review*, v. 78, n. 6, p. 5-29, 2012.

TOOZE, Adam. *Crashed. Wie zehn Jahre Finanzkrise die Welt verändert haben*. München (DE): Siedler Verlag, 2018.

TURBAN, Manfred. *Marxsche Reproduktionsschemata und Wirtschaftstheorie. Die Diskussion ihres analytischen Gehalts in verschiedenen wirtschaftswissenschaftlichen Forschungstraditionen*. Berlin: Duncker & Humblot, 1980.

VICTOR, Peter A. *Managing Without Growth: Slower by Design, Not Disaster*. London: Edward Elgar Publishing, 2008.

WACQUANT, Loïc. *Bestrafen der Armen. Zur neoliberalen Regierung der sozialen Unsicherheit*. Leverkusen-Opladen (DE): Budrich, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopistik. Historische Alternativen des 21. Jahrhunderts*. Wien: Promedia, 2002.

WEIZSÄCHER, Ernst Ulrich von. Eine spannende Reise zur Nachhaltigkeit. Naturkapitalismus und die neue Aufklärung. In: GÖRGEN, Benjamin; WENDT, Björn. *Sozial-ökologische Utopien. Diesseits oder jenseits von Wachstum und Kapitalismus*. München (DE): oekom, 2020.

WINDOLF, Paul. Finanzmarkt-Kapitalismus. Analysen zum Wandel von Produktionsregimen. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, Sonderheft 45. Wiesbaden (DE): VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2005.

WOLFE, Nathan. *Virus. Die Wiederkehr der Seuchen*. Hamburg (DE): Rowohlt, 2020.

YERGIN, Daniel; STANISLAW, Joseph. *Staat oder Markt. Die Schlüsselfrage unseres Jahrhunderts*. Frankfurt am Main (DE): Campus, 1999.

